

DO ELDORADO DO GÁS AO CAOS

QUANDO A FRANÇA EMPURRA MOÇAMBIQUE PARA A ARMADILHA DO GÁS

JUNHO DE 2020

 Les Amis
de la Terre
France



 Amigos
da Terra
Internacional

ÍNDICE

03

SUMÁRIO EXECUTIVO

05

FRISO CRONOLÓGICO

07

INTRODUÇÃO

08

I. NAVIOS DE CHERBOURG NO ESCÂNDALO DA DÍVIDA OCULTA

09 Estaleiros navais no centro de um contrato dúbio

11 Por detrás da pesca, a vigilância da instalações da exploração de gás

12 O governo Francês fechou deliberadamente os olhos

14

II. "MOÇAMBIQUE, O TESOURO DA EXPORTAÇÃO" PARA A FRANÇA

15 A aceleração da exploração dos campos de gás

17 Um local de eleição para a indústria dos combustíveis fósseis e os bancos Franceses

19 Dinheiro público Francês para apoiar poluidores

21

III. ACELERAÇÃO DA COOPERAÇÃO MILITAR NUM CONTEXTO DE DESTABILIZAÇÃO DA REGIÃO DE CABO

23 A região de Cabo Delgado entre o gás, a insurreição e militarização

24 Aceleração da cooperação militar numa região estratégica para a França

26

IV. GÁS, MILITARIZAÇÃO E CORRUPÇÃO À CUSTA DOS DIREITOS HUMANOS, DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DA BIODIVERSIDADE

27 Boom do gás e militarização, um cocktail explosivo para os direitos humanos

30 Caos e não desenvolvimento para Moçambique

32 Uma bomba de efeito retardado num país já vítima dos efeitos das mudanças climáticas

34

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

36

FONTES

SUMÁRIO EXECUTIVO

Moçambique: O novo eldorado de gás embrulhado em escândalo de corrupção

Em 2010 e 2013, foram descobertas enormes reservas de gás em Moçambique: cerca de 5000 milhares de milhão de metros cúbicos, as 9.ªs maiores reservas de gás do mundo. Prevê-se um investimento de, pelo menos, 60 mil milhões de dólares nos próximos anos para explorar as reservas, um dos maiores investimentos alguma vez feito na África Subsariana. É simplesmente estonteante. Representa mais da metade do que, segundo os ministros das Finanças Africanos, seria necessário para fazer face à crise do coronavírus em todo o continente. É também o equivalente a 50 vezes os fundos angariados pelas Nações Unidas para reconstruir o país após os ciclones tropicais Kenneth e Idai. As praias de areia fina da província de Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique, tornaram-se o eldorado da indústria do gás e de todas as empresas que giram em torno dos referidos megaprojectos de energia. Um eldorado que já se está a transformar num pesadelo para a população Moçambicana em geral e para os habitantes dessa região em particular, que enfrentam um conflito aceso.

Um escândalo de corrupção ligado à exploração das reservas de hidrocarbonetos mergulhou o país numa crise económica e financeira em 2016, ainda antes dos projectos de exploração de gás se concretizarem, e a França está no centro desta questão. Em 2013, o governo Moçambicano celebrou um contrato duvidoso com a Constructions Mécaniques de Normandie (CMN), que pertence ao multimilionário comerciante de armas Franco-Libanês, Iskandar Safa, para montar oficialmente uma frota de pesca de atum. Na realidade, o governo Moçambicano contraiu dívidas ilícitas para financiar um programa de defesa que supostamente lhe permitirá assegurar a soberania na sua zona económica exclusiva e sobre as jazidas de hidrocarbonetos que ela contém. Entretanto, pagaram-se luvas, e várias pessoas foram alvo de processos penais por corrupção. Actualmente, esta dívida colossal mantém Moçambique dependente tanto das receitas provenientes do gás, apesar de estas estarem ainda longe de recheiar os cofres do Estado, como das potências e das corporações transnacionais estrangeiras que estão a explorar as reservas.

A França no leme

A França está decidida a fazer com que este eldorado do gás, considerado «um tesouro da exportação», traga lucros, antes de mais, às suas corporações transnacionais, independentemente do caos que possa semear. Desde 2013, o governo Francês parece ter fechado deliberadamente os olhos aos contornos dúbios deste

contrato naval, que joga com a taxa de endividamento de Moçambique e a torna cúmplice de práticas de corrupção. O objectivo da França era não só salvar os estaleiros de Cherbourg, mas também exportar outro tipo de armamento e fortalecer a marinha Moçambicana para que ela pudesse proteger as instalações de exploração de gás. Já nessa época, os grandes grupos de energia Franceses cobijavam as enormes reservas de hidrocarbonetos. Certas empresas até já estavam activas na bacia do Rovuma, uma região altamente estratégica para a França, que controla dois terços do Canal de Moçambique, graças, nomeadamente, às Ilhas Esparsas, em disputa com Madagáscar.

Depois, os desejos das petrolíferas Francesas foram realizados, com a ajuda dos poderes públicos. Actualmente, há toda uma miríade de empresas Francesas do sector dos hidrocarbonetos e de todos os sectores que gravitam à sua volta (por exemplo, logística e segurança privada) implicadas nos três grandes projectos em desenvolvimento ao largo da costa de Moçambique (ver mapa p.17-18). Há vários anos que a França emprega todo o seu arsenal de diplomacia económica para defender os seus interesses em Moçambique, com visitas diplomáticas que incluem a presença do patronato, financiamentos públicos, missões de negócios, activação dos serviços económicos da embaixada, etc. A chegada da Total, em Setembro de 2019, para ocupar o lugar do principal operador do megaprojecto de GNL de Moçambique, viria a acentuar esses esforços diplomáticos. O governo Francês decidiu inclusivamente prestar apoio financeiro a um dos três projectos, caucionando a exportação de mais de meio milhão de euros para facilitar a sua implementação. Muito em breve, poderão ser outorgadas novas ajudas financeiras públicas. Os quatro grandes bancos privados Franceses são igualmente omnipresentes nestes novos projectos «climaticidas». O Crédit Agricole e a Société Générale são os grandes protagonistas, desempenhando um papel fundamental e actuando como consultores financeiros junto dos operadores de gás.

Cabo Delgado, uma província em chamas

Desde Outubro de 2017 que se multiplicam os ataques de grupos de insurgentes contra civis e as forças militares. A violência já fez pelo menos 1100 mortes. Mais de 100 000 pessoas foram forçadas a sair das suas terras. A insurgência, supostamente associada ao ISIS e Al-Shabab, foi construída sobre um emaranhado de tensões sociais, religiosas e políticas exacerbada pela explosão das desigualdades e violações dos direitos humanos relacionadas com os projectos de exploração de gás. Perante isto, e com a cumplicidade das potências e corporações transnacionais Ocidentais, o governo Moçambicano optou

pela estratégia da militarização para proteger prioritariamente as instalações da exploração de gás, em detrimento da população. Os principais operadores até pagaram ao governo de Moçambique para mobilizar mais tropas das forças armadas para os proteger. Nada se faz para atacar as motivações políticas e sociais do conflito e arrancar o mal pela raiz. Pelo contrário, a militarização da zona e as actividades da exploração de gás fomentam as tensões que o alimentam. As violações dos direitos humanos multiplicam-se nas comunidades, que se veem ameaçadas por insurgentes, pelas forças militares, segurança privada e pelas corporações transnacionais ou os seus subempreiteiros. As comunidades estão sendo roubadas de suas terras, acesso ao mar e seus meios de subsistência. As pessoas que tentam relatar o que se passa por lá são intimidadas pelas forças governamentais, ou desaparecem. Por exemplo, o jornalista Ibrahim Mbaruco está desaparecido desde o dia 7 de Abril de 2020, depois de ter prevenido um colega de que estava a ser seguido por um grupo de soldados.

Neste contexto, e com a chegada da Total, a diplomacia económica Francesa pauta-se por uma aceleração da cooperação militar (ver mapa p.22). Em vez de se juntar ao governo Moçambicano para promover estratégias que permitam resolver os conflitos na sua base, a França contribui para atizar as tensões na província de Cabo Delgado, apoiando as suas corporações transnacionais do gás e a militarização na zona. Há mesmo armamento com licença Francesa nas mãos de grupos paramilitares activos para combater a insurreição, nomeadamente, de Erik Prince, o anterior patrão da empresa Americana de mercenários Blackwater, afamado pelas suas actividades desastrosas nas guerras da Líbia e do Afeganistão. Face ao caos do exército Moçambicano, as empresas de segurança privadas (Russas, Americanas, Sul-africanas e, também, Francesas) estão, com efeito, cada vez mais presentes. Os helicópteros com licença Francesa operados por mercenários Sul-Africanos chegaram a ferir seis crianças durante um ataque contra-insurgente no final de Maio de 2020. Por seu turno, os bancos Franceses continuam a fingir que só trabalham com operadores que respeitem os direitos humanos e que os acordos de protecção das instalações de gás permitem proteger as comunidades. Essas alegações são totalmente vazias.

Moçambique afunda-se cada vez mais na maldição dos recursos naturais, com a cumplicidade do Estado e das corporações transnacionais Francesas. O boom do gás faz-se acompanhar não só de uma exacerbação dos conflitos e da violência, mas também de um aumento da corrupção e das desigualdades sociais, uma continuação dos males que os combustíveis fósseis provocaram em muitos outros países, especialmente na África. As grandes empresas de exploração de gás estão numa posição que lhes permite impor as suas condições e de ficar com todos os lucros. Além disso, contornam as regras e leis, já por si muito débeis do conteúdo local supostamente criadas para permitir a geração de riqueza em Moçambique e com que o governo Moçambicano praticamente não se preocupa.

O dedo no detonador de uma bomba climática: a hipocrisia do governo Francês

Como se o caos do boom do gás não bastasse, a França ainda se esforça por submeter outro país Africano à dependência das energias fósseis, apesar da ciência climática desaconselhar vivamente a sua exploração. Os três projectos de exploração de gás em vias de desenvolvimento poderão emitir o equivalente a sete anos de emissões de gases de efeito de estufa da França e 49 vezes as emissões anuais de Moçambique: esta é uma bomba relógio climática pronta para explodir, o que contribuirá para levar o mundo ainda mais em direção a uma crise climática irreversível. E há que ter em conta que só representam uma parte das reservas de hidrocarbonetos descobertas. Em total contradição com as propostas do presidente Emmanuel Macron diante da Convenção Cidadã sobre o Clima, em Janeiro passado, em que afirmava querer ajudar Moçambique a não se tornar dependente da exploração das suas jazidas, a França empurra o país para a armadilha do gás, tudo em nome dos interesses económicos dos seus industriais da energia e dos seus banqueiros. Ironicamente, Moçambique está na linha da frente dos impactos das mudanças climáticas, estando classificado como um dos países mais vulneráveis e tendo sido atingido por eventos climáticos extremos há não menos de um ano. A soberania energética para Moçambique é crítica e só pode ser alcançada através de soluções de energia renovável baseadas nas pessoas, não através de combustíveis fósseis que servem apenas aos lucros das empresas.

Para acabar com a hipocrisia, o governo Francês deve pôr fim à diplomacia do caos que serve os industriais dos hidrocarbonetos e do armamento. Num momento em que o distanciamento social é regra, o governo deveria impor barreiras entre si e os lobbys da indústria dos combustíveis fósseis. Um primeiro passo seria deixar de apoiar os grandes violadores dos direitos humanos com ajudas à exportação de tais bombas climáticas. Em dois anos, este é o segundo escândalo que revelamos em torno de projectos de exploração de gás caucionados pelo Estado Francês no estrangeiro. Depois das instalações da Total no Lémen que acolhem uma prisão secreta^{1,2}, passaram a ser os projectos de exploração de gás Moçambicanos a semear o caos. Já está na altura do governo e dos deputados tomarem consciência da urgência climática e das violações dos direitos humanos associados aos projectos apoiados e alterarem a lei este ano para pararem com todos os subsídios aos sectores do petróleo e do gás já a partir de 2021. As empresas Francesas implicadas, os bancos privados e os industriais da energia, como a Total, devem cessar imediatamente as suas actividades nos projectos de exploração de gás em Moçambique, sob pena de serem responsabilizados com base na lei do dever de vigilância.

FRISO CRONOLÓGICO



**INTERESSES ECONÓMICOS
FRANCESSES**



**VENDA DE ARMAS E
COOPERAÇÃO MILITAR**



**IMPACTOS AMBIENTAIS
E SOCIAIS**



**ESCÂNDALO E
CORRUPÇÃO**

ENTRE 2010 E 2013



Descoberta de enormes reservas de gás nas águas territoriais do norte de Moçambique. As empresas Francesas Technip e Schlumberger participam nas investigações.

2012



Setembro

A Total entra na bacia do Rovuma, ao largo da costa de Moçambique, comprando participações nas áreas petrolíferas.

2013



Setembro

Uma empresa de pesca pública Moçambicana compra 30 navios nos estaleiros navais de Iskandar Sifa, em Cherbourg (CMN) – contrato esse que o governo Francês celebrou com pompa e circunstância.



O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique declara que os seis navios-patrolha de entre as 30 embarcações «de pesca» compradas necessitam de ser armados e que estão em curso negociações com a França. Ainda nesse ano, a França exportou 12,3 milhões de euros de armamento para Moçambique.

2014



Junho

A França reabre os serviços económicos da embaixada Francesa em Moçambique. A ministra do Comércio Exterior vai a Pemba, nas imediações das reservas de gás, acompanhada de uma delegação de empresários, entre os quais, industriais do petróleo e do gás.

2015



Julho

O recém-eleito presidente Moçambicano Filipe Nyusi (ex-ministro da Defesa), dedica a sua primeira visita diplomática fora de África a França. O programa não inclui uma conferência de imprensa entre chefes de estado para não desenvolver o tema das tuna bonds, numa altura em que as suspeitas de corrupção ganham cada vez mais força em Moçambique, mas prevê almoços discretos para falar de negócios com Emmanuel Macron, então ministro da Economia, e o patronato Francês.



Outubro

Os representantes do Estado Francês no Canal de Moçambique deslocam-se a Maputo, entre eles um comandante do exército enviado para cooperar com a marinha Moçambicana, dada a aquisição dos navios militares Franceses.

2016



Abril

Estala o escândalo das tuna bonds em torno da compra dos navios. O governo Moçambicano contrai dívidas em segredo, sob a forma de empréstimos garantidos pelo Estado, com a cumplicidade da empresa de Iskandar Sifa e dos bancos que trataram da organização, entre eles, o BNP Paribas. Os parceiros internacionais congelam os seus financiamentos, e o país mergulha numa crise financeira e económica

2017



Junho

Um relatório de uma empresa de auditoria confirma o desvio de capital e que a montagem financeira visava essencialmente financiar um programa de defesa ligado à indústria offshore do gás e do petróleo.



É tomada a decisão final de investimento para o Coral Sul FLNG, o primeiro projecto de exploração e gás previsto ao largo da província de Cabo Delgado. O projecto é financiado pelo Crédit Agricole, também conselheiro financeiro, pelo BNP Paribas, pela Société Générale e pelo Natixis.



Outubro

Primeiro ataque do grupo de insurgentes de Ahlu Sunna Wa-Jama em Cabo Delgado. Os seus primeiros ataques coincidem com a concretização dos projectos de exploração de gás, que exacerbam as tensões sociais, religiosas, étnicas e políticas na origem do conflito que se agrava.



Quarto trimestre

O governo Francês apoia financeiramente com mais de 500 milhões de euros a parapetrolífera TechnipFMC para o primeiro projecto de exploração de gás, o Coral Sul FLNG.



Dezembro

Erik Prince, o fundador da célebre empresa de segurança privada, Blackwater, cria uma empresa em Moçambique e adquire os navios militares comprados à CMN para garantir a segurança das instalações de exploração de gás.

2018

**Novembro**

As negociações do governo Moçambicano com os seus credores sobre a reestruturação da dívida centram-se nas futuras receitas da exploração de gás. As exportações de gás tornam-se a única saída para reembolsar a dívida pública que explodiu no rescaldo do escândalo.

2019

**Janeiro**

Ocorre um ataque em Maganja, a 7 km das instalações de exploração de gás de Afungi. Não se enviam soldados Moçambicanos, com o argumento de que só lhes incumbe proteger as instalações em si. Os habitantes fogem para Palma; entretanto, um subempreiteiro das grandes empresas de exploração do gás aproveita para tomar posse das suas terras e dar início a obras.

**Fevereiro**

A Anadarko — um operador da GNL de Moçambique que seria substituído pela Total uns meses depois — e a ENI/ExxonMobil assinam um acordo com o Ministério da Defesa Moçambicano para proteger as suas instalações, em pagar ao governo para enviar mais tropas. O capital é transferido para uma conta profissional que levanta suspeitas.

**Março/ Abril**

Os ciclones tropicais Kenneth e Idai devastam uma parte de Moçambique. A província de Cabo Delgado nunca tinha registado um ciclone tão violento.

**Junho**

É tomada a decisão final de investimento do GNL de Moçambique. Serão investidos 22 mil milhões de dólares — o maior investimento alguma vez feito na África subsaariana. A Société Générale é a conselheira financeira da Total no projecto. Prevê-se que sejam investidos 60 mil milhões de dólares nos três projectos de

exploração de gás em vias de desenvolvimento.

**Agosto**

Avistam-se helicópteros de combate com o camuflado do exército Francês operados por grupos paramilitares Sul-africanos em Pemba.

**Setembro**

A Total torna-se a principal operadora do projecto de exploração de gás GNL de Moçambique, ao finalizar a compra dos activos da Anadarko. A transacção é concluída 18 dias após a primeira volta das eleições presidenciais em Moçambique, permitindo ao Nyusi anunciar em todos os canais televisivos uma receita fiscal de 880 milhões de dólares.

2020

Janeiro

Emmanuel Macron afirma diante da Convenção Cidadã sobre o Clima que é preciso ajudar Moçambique a não se tornar dependente das energias fósseis: «*A dificuldade que teremos colectivamente será explicar aos países pobres que descobrem jazidas, que deverão abdicar desses hidrocarbonetos. [...] Por exemplo, Moçambique descobre que tem jazidas formidáveis nas suas águas territoriais, que está a explorar, por vezes, até, com operadores Franceses. [...] Será preciso encontrar compensações na economia internacional para ajudar a cessar essa actividade e a tornar-se menos dependente dela.*»

**Fevereiro**

Visita diplomática de Jean-Yves Le Drian a Moçambique para defender os interesses Franceses da indústria dos combustíveis fósseis ao nível económico e de segurança. Perante o aumento do número de vítimas da população civil, a Total e a ExxonMobil exigem ao governo Moçambicano que mobilize mais 300 soldados em torno das suas instalações.

**Março**

A empresa de segurança privada Francesa Amarante Internationale abre um posto avançado em Maputo e responde ao concurso lançado pela Total para proteger as suas instalações de exploração de gás.

**Abril**

De acordo com a ONG ACLED, a insurreição fez mais de 1100 mortos em Cabo Delgado, desde Outubro de 2017. Mais de 100 000 pessoas foram desalojadas. Mercenários Sul-africanos utilizam helicópteros de combate com licença Francesa para combater a insurreição. Aqueles que tentam conscientizar a situação são intimidados pelas forças do governo ou desaparecem. O jornalista Ibrahim Abu Mbaruco está desaparecido desde 7 de Abril.



Com a queda dos preços do petróleo, a decisão final de investimento do projecto GNL de Rovuma é rejeitada. O Crédit Agricole continua a prestar consultoria financeira para o desenvolvimento do projecto

**Maior**

As instalações de exploração de gás da Total tornam-se o epicentro da propagação do Covid-19 em Moçambique.

**28 de Maio**

Durante a batalha de Macomia, seis crianças foram feridas por helicópteros DAG. Estas são as primeiras vítimas civis directamente relacionadas ao envolvimento de empresas militares privadas em Cabo Delgado, e provavelmente não a última.

**Outubro**

A Business France organiza uma missão de negócios intitulada «French Gas Days» a Maputo para ajudar as empresas Francesas a garantir participações em mercados directamente ligados ao boom do gás.



INTRODUÇÃO

Em Janeiro de 2020, Emmanuel Macron respondia à pergunta de um dos membros da Convenção Cidadã sobre o Clima, sobre se as implicações da transição energética não seriam tanto a rarefacção dos recursos em petróleo e gás, mas mais a escolha política de deixar de depender dos hidrocarbonetos. Para apoiar as suas propostas, citava Moçambique como exemplo de país em vias de desenvolvimento que descobriu «formidáveis» novas jazidas de gás nas suas águas territoriais e declarava a necessidade de ajudar o país a abdicar de tais recursos³. Um mês depois, o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean-Yves Le Drian, estava em Maputo a defender os interesses das empresas Francesas implicadas nos projectos de exploração de gás, com a Total na linha da frente⁴.

Entre 2010 e 2013, descobriram-se enormes reservas de gás em Moçambique, que supostamente colocariam o país entre os cinco principais exportadores de gás liquefeito (GNL) a nível mundial^{5,6}. Prevê-se que, nos próximos anos, se invistam pelo menos 60 mil milhões de dólares na exploração dessas reservas, no que será o maior investimento realizado na África subsaariana⁷.

Essas reservas situam-se no extremo norte do país, na província de Cabo Delgado, que tem sido o centro das atenções nos últimos meses, devido à intensificação dos ataques de grupos de insurgentes contra a população civil e o exército Moçambicano. Os primeiros ataques coincidiram com a concretização dos projectos de exploração de gás, que exacerbam as tensões sociais, religiosas, étnicas e políticas na origem de um conflito que se agrava.

Com a chegada da Total na qualidade de operador de um dos três projectos e numa altura em que o conflito ganha envergadura, a França interessa-se cada vez mais

por esta região, que é altamente estratégica para o Quai d'Orsay, os seus industriais e os seus bancos. Se, por um lado, a diplomacia económica e a cooperação militar se intensificam há alguns meses, por outro, as origens do envolvimento da França na exploração do gás em Moçambique já datam de um contrato naval assinado em 2013. Esse contrato, que foi alvo de um escândalo de corrupção, mergulhou o país numa crise económica e financeira, tornando-o dependente das tão ambicionadas receitas do gás para reembolsar uma dívida ilicitamente contraída.

O presente relatório oferece uma panorâmica dos interesses Franceses no *eldorado* do gás Moçambicano. Entre corrupção, militarização, agravamento das mudanças climáticas e violações dos direitos humanos estão as grandes empresas do gás, os industrialistas do armamento, as empresas de segurança privadas, os banqueiros e as redes diplomáticas da França em África — todos atrás do sonho de um *boom* do gás em Cabo Delgado que já se começa a transformar num pesadelo.

NAVIOS DE CHERBOURG NO ESCÂNDALO DA DÍVIDA OCULTA

39

NAVIOS

vendidos em
Moçambique,
dos quais

24

EMBARCAÇÕES

e pesca nunca
foram utilizadas e

15

NAVIOS

militares para garantir
a segurança marítima
das reservas de
hidrocarbonetos

2

MIL MILHÕES

de dólares em
empréstimos
garantidos pelo
Estado Moçambicano
para um contrato de

200

MIL MILHÕES

inicialmente, dos quais

800

MILHÕES

de transacções
sobreavaliadas e

1,2

MIL MILHÕES

mal contabilizados

a dívida pública de
Moçambique saltou dos

55 %

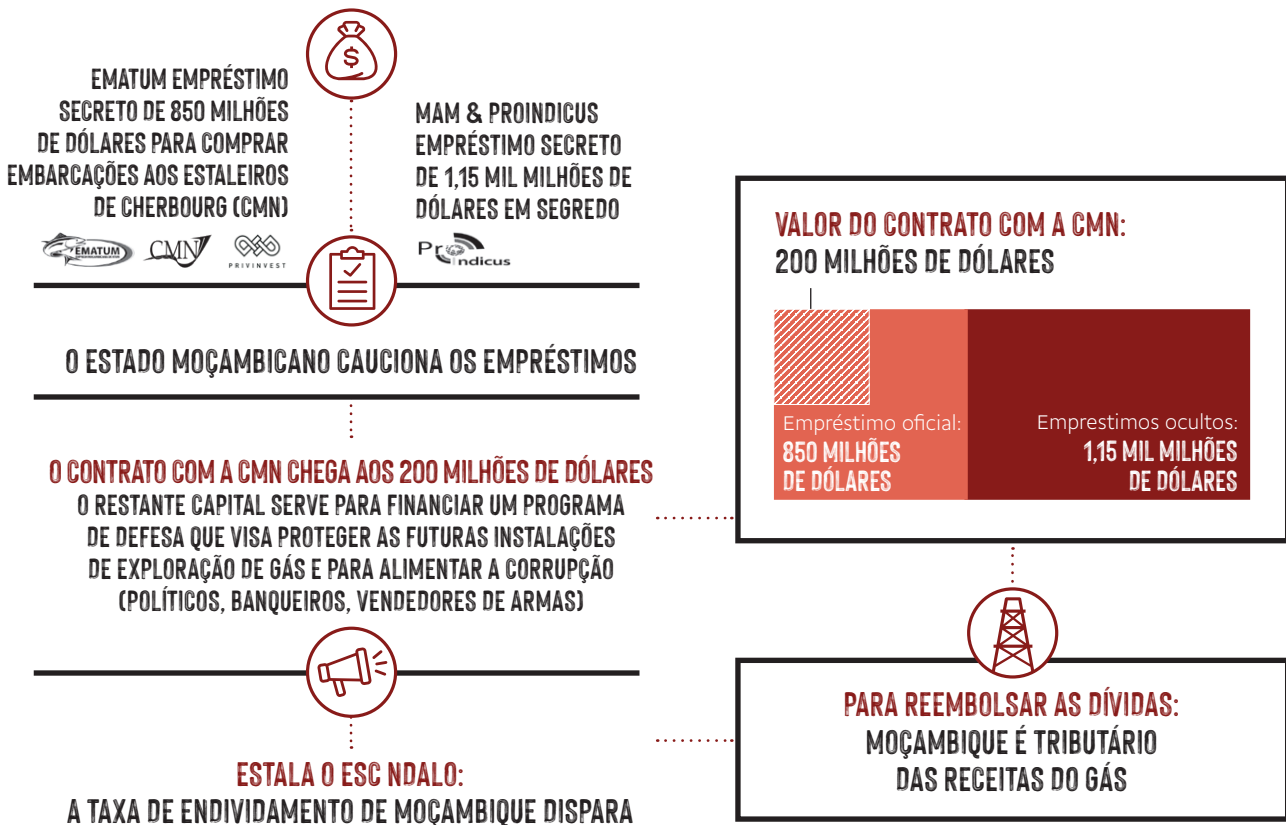
DO PIB PARA OS

140 %

entre 2014 e 2016

ESTALEIROS NAVAIS DE CHERBOURG NO CENTRO DE UM CONTRATO DÚBIO

O círculo vicioso do endividamento para explorar as reservas de gás



O contrato inesperado em plena vaga de rectificação da produção

Nas origens do envolvimento da França na exploração de hidrocarbonetos ao largo da costa de Moçambique, encontramos um escândalo de corrupção e de contratação de dívidas em segredo. Revelado em Abril de 2016, regressou à ribalta nos finais de 2019 com o processo de várias pessoas implicadas e acusadas de corrupção e fraude nos Estados Unidos⁸. O Francês Jean Boustani, anteriormente responsável de vendas da Prinvest — a sociedade do multimilionário Franco-Libanês Iskandar Safa —, sentou-se no banco dos réus. Para compreender o envolvimento da Prinvest e do governo Francês nesta questão, temos de recuar a 2013. Moçambique, então sob a liderança de Armando Guebuza, lança um empréstimo de 850 milhões de dólares no mercado

obligacionista para criar uma frota de pesca da estaca zero⁹. Garantida pelo Estado Moçambicano, a operação fica a cargo da sociedade pública Moçambicana de pesca de atum Ematum que deu origem à expressão *tuna bonds*¹⁰. As embarcações devem ser construídas pela Constructions Mécaniques de Normandie (CMN) em Cherbourg, detidas por Iskandar Safa através da holding Prinvest. O contrato compreende 20 embarcações de pesca e seis navios militares¹¹, oficialmente ao serviço da luta contra a pirataria que grassa no Canal de Moçambique¹². Para o estaleiro naval, então em dificuldades, e os seus 350 funcionários há vários meses no desemprego técnico, é um contrato inesperado avaliado em 200 milhões de euros. François Hollande desloca-se a Cherbourg acompanhado dos três ministros Arnaud Montebourg, Bernard Cazeneuve e Nicole Bricq para acolher o seu homólogo Moçambicano no dia da



assinatura do contrato, a 30 de Setembro de 2013. O ministro das Finanças de Moçambique, Manuel Chang — que seria acusado de corrupção cinco anos depois — também fez essa viagem. Em plena vaga de «recuperação da produção», é um contrato muito importante para o governo Francês e, nomeadamente, para Bernard Cazeneuve, anterior presidente da câmara de Cherbourg.

Do contrato naval ao escândalo de corrupção que mergulha Moçambique numa crise económica e financeira

Desde 2013 que vários actores da sociedade civil alertam para os contornos desse contrato dúbio e para a falta de transparência que o envolve¹³. Depressa se constata que o montante dos empréstimos ultrapassa o montante definido no contrato: a Ematum emprestou 850 milhões de dólares para um contrato de 200 milhões. Mas não é tudo: em 2016, o Wall Street Journal revela que duas outras empresas públicas, a Proindicus e a Mozambique Asset Management (MAM), também emprestaram dinheiro¹⁴. O governo Moçambicano caucionou três empréstimos internacionais, num total de dois mil milhões de dólares, totalmente em segredo, ou seja, sem passar pela aprovação do Parlamento Moçambicano, como manda a Constituição¹⁵. Essas revelações mergulham o país numa crise económica. O Fundo Monetário Internacional (FMI) congela as suas ajudas orçamentais, os investidores gritam escândalo e o Estado dá por si a não cumprir com o pagamento dos empréstimos que prometeu.

Para saber mais sobre esta montagem financeira tão complexa como suspeita, o FMI decide encubir a empresa de auditoria internacional Kroll a realização de um inquérito aprofundado sobre os empréstimos secretos¹⁶. O relatório resultante revela que as transacções, no seu conjunto, foram sobreavaliadas em pelo menos 800 milhões de dólares, que 1,2 mil milhões de dólares não foram correctamente contabilizados e que o capital foi desviado. Os dois bancos que organizaram a transacção, o Crédit Suisse e o banco Russo VTB Capital, também foram fortemente criticados. O banco Francês BNP Paribas, que teve uma participação mais limitada na emissão obrigatória, demonstrou-se muito discreto¹⁷.

Por seu turno, os bancos não teriam dificuldade em descobrir que as sociedades Moçambicanas, por conta das quais emitiam a dívida, não tinham receitas nem contratos para gerar receitas e que os empréstimos não eram legalmente autorizados em Moçambique. Além disso, sabiam que o dinheiro ia directamente para a fonte, a sociedade mãe da CMN, em contas bancárias nos Emirados Árabes Unidos, quando deveria reverter logo para as sociedades públicas Moçambicanas, que teriam, em seguida, remunerado a sociedade de Iskandar Safa. Todos esses elementos são flagrantes sinais de alarme. Os bancos não fizeram as perguntas essenciais ou ignoraram conscientemente as respostas obtidas.

POR DETRÁS DA PESCA, A VIGILÂNCIA DAS INSTALAÇÕES DA EXPLORAÇÃO DE GÁS

Não tardou a se tornar evidente que, por detrás das tuna bonds, se escondia na verdade um programa militar com vista a adquirir material e a propor serviços de vigilância marítima às empresas de exploração petrolífera e do gás activas no Canal de Moçambique. Com efeito, aquando da visita do presidente Moçambicano a Cherbourg, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Moçambicano, Henrique Banze, declara numa entrevista à Associated Press¹⁸ que os navios-patrolha teriam de ser armados e que estavam em curso negociações para esse efeito com a França. Em seguida, dá o dito por não dito, afirmando ter confundido as pastas. Como assinala o *Le Monde Afrique*, em 2015, a Privinvest é especialista na entrega de material naval militar e, desde 1989, que não constrói embarcações de pesca de atum¹⁹. O relatório da empresa Kroll demonstrará, em seguida, que toda aquela montagem financeira tinha o intuito de «fornecer a Moçambique os meios para garantir a soberania na sua zona económica exclusiva e sobre os recursos naturais que ela contém», comprando tam-

bém «navios de utilização associada às indústrias offshore do gás e do petróleo» e que os empréstimos foram intencionalmente dissimulados²⁰. O verdadeiro modelo económico das tuna bonds assentava não só na pesca, mas também e sobretudo na venda de serviços de protecção a empresas petrolíferas. A presença dos serviços secretos Moçambicanos no capital das empresas que contraíram os empréstimos confirma que se tratava, acima de tudo, de uma operação de defesa²¹. As três entidades são dirigidas por António Carlos do Rosário, alto responsável dos serviços secretos. Segundo o Instituto Francês das Relações Internacionais, uma parte do material de segurança marítima adquirido pela Ematum foi, de seguida, alocado pelo Ministério da Defesa nas mãos de Filipe Nyusi, actualmente presidente, ao Ministério do Interior e à Proindicus. Quinhentos milhões de dólares sobre os 850 milhões emprestados pela Ematum foram também transferidos para o Ministério da Defesa.



Dívida e dependência das exportações de gás

Actualmente, o governo Moçambicano e os seus credores contam com a exportação do gás para reembolsar a dívida. Depois da contracção dessas dívidas ocultas, a taxa de endividamento de Moçambique cresceu de 55 % do PIB em 2014 para 140 % em 2016. As receitas derivadas da exploração do gás estão no centro das nego-

ciações em torno da sua reestruturação com credores privados e públicos. Nestas condições, não será por acaso que o governo Moçambicano concentrou toda a sua energia nestes últimos anos para tomar decisões definitivas de investimento rápido, para que a produção de gás arranque o mais depressa possível e alimente os cofres do Estado. O que não desagrada nada às empresas Francesas e aos bancos implicados (ver p.17).

O GOVERNO FRANCÊS FECHOU DELIBERADAMENTE OS OLHOS

Em toda esta questão, o papel do governo Francês suscita sérias dúvidas.

O governo Francês sabia que não se tratava de pesca

Desde 2013, a administração de François Hollande declarava à Associated Press que o contrato com a CMN não passava de uma parte de um contrato mais lato com a holding Privinvest²². O governo Francês sabia, por conseguinte, que se tratava de uma encomenda superior, que incluía contratos de armamento. Tendo o hábito de cobrir as vendas da CMN através de garantias do Estado, também não poderia ignorar que o preço das embarcações estava largamente sobrestimado²³. Tal como não seria alheio à intenção real do governo Moçambicano: como era possível que o governo não soubesse que a Privinvest é uma empresa especializada na construção de material naval militar e que o modelo económico da Ematum não podia assentar somente na pesca?

Navios da CMN bem como outros tipos de armamento foram vendidos em Moçambique

As vendas da CMN em Moçambique ultrapassam as 30 embarcações mais mencionadas em associação com o escândalo das *tuna bonds*. Quando os dois chefes de Estado se encontraram em Cherbourg, em 2013, a CMN tinha acabado de concluir seis navios militares cujo armamento deveria ser feito em Moçambique²⁴. No mesmo ano, o relatório sobre as exportações de armamento da França submetido ao Parlamento mencionava uma encomenda de 12,3 milhões de euros da parte de Moçambique²⁵. Apesar disso, em 2018, François Hollande declarava à Mediapart: «A França não vendeu qualquer armamento. As embarcações foram entregues. Depois disso, não tomei conhecimento do que seja.»²⁶ O relatório não especifica de que material se trata, mas esse montante não pode corresponder às seis embarcações encomendadas, porque é demasiado baixo. Além do mais, em 2015, no momento em que as suspeitas de corrupção se tornavam mais palpáveis e se criava uma comissão de inquérito em Moçambique, uma nova encomenda passou pelo país para a CMN²⁷, elevando o número total de navios militares em território nacional para 15, sem contar com as embarcações de pesca.

Essa encomenda chega no mesmo ano em que o recém-eleito presidente Filipe Nyusi, ainda hoje no

poder, faz a sua visita diplomática a França, a convite de François Hollande — o primeiro chefe de Estado a convidá-lo após a sua eleição²⁸. Na época, os media ficaram admirados pelo facto dessa visita não ser seguida de uma conferência de imprensa, como é costume, uma vez que o governo Francês não desejava pronunciar-se muito acerca da sua responsabilidade na questão das *tuna bonds*²⁹. Eis a ironia: o comunicado do Eliseu a respeito do encontro menciona a redução da dívida Moçambicana para com a França em cerca de 17 milhões de euros³⁰. Haverá melhor negócio do que anular a dívida de um país enquanto se participa no seu sobreendividamento ilícito para lhe vender material militar?

Além disso, é fortemente discutível que os navios militares da CMN possam, *a priori*, ser considerados material civil ou de dupla utilização (abarcando os bens militares e civis) e, portanto, que a sua venda não seja declarada no relatório anual sobre as exportações de armas submetido ao Parlamento. Esses interceptores e navios-patrolha são feitos para serem armados e para realizarem operações de segurança marítima, não para o turismo.

Os interesses económicos e geopolíticos da França por detrás deste escândalo de corrupção

Para além de preservar os interesses económicos dos estaleiros navais, tudo parecia indicar que o governo Francês tinha fechado deliberadamente os olhos a essas compras de navios que eram duvidosas por mais duas razões. Por um lado, a França tem fortes interesses estratégicos no Canal de Moçambique no plano geopolítico (ver p.22). Por outro, as enormes reservas de gás ao largo da costa de Moçambique suscitavam a cobiça dos industriais Franceses dos sectores da energia e da logística, que, já lá presentes, tinham todo o interesse em assegurar as suas actividades. A Total aumentou consideravelmente a sua presença na bacia do Rovuma em 2019, ao comprar os activos da Anadarko na área de exploração de gás 1, mas a multinacional já tinha adquirido participações nas áreas de exploração petrolífera 3 e 6 em 2012³¹. Aliás, as primeiras perfurações já tinham arrancado nesse ano³². As parapetrolíferas Francesas Technip e Schlumberger dedicam-se à investigação e exploração de hidrocarbonetos em Moçambique desde 2011³³.

Não será, pois, coincidência, que, nem um ano após a assinatura do contrato entre a CMN e a Ematum, a França tenha reaberto os serviços económicos da sua embaixada em Moçambique, após dois anos de inactividade³⁴, e que a ministra do Comércio Exterior tenha ido lá fazer uma visita no mesmo ano, acompanhada de uma delegação de empresários, incluindo industriais do petróleo e do gás. **O objectivo parece evidente: lançar as bases de uma parceria de defesa com o exército Moçambicano e apoiar os interesses dos industriais Franceses que pretendem lucrar com o boom do gás.** Em 2015, a visita de Filipe Nyusi a Paris concentra-se na diplomacia económica: almoço com Emmanuel Macron, então ministro da Economia³⁵, e encontros com o patro-

nato Francês (Medef Internacional, quadros da Total, Alstom e Technip), todos fortemente interessados no eldorado do gás. Uns anos depois, a França organiza uma nova visita oficial a Maputo. Desta vez, são os representantes do Estado Francês na zona que se deslocam. Entre eles, um comandante do exército a cooperar com os seus homólogos Moçambicanos, que declara o seguinte ao jornal *Le Monde*: «Desde o momento em que nos compram equipamento militar, é preciso fazer com que ele sirva», fazendo referência aos navios da CMN, «ora se têm cinco anos para criar uma marinha digna do seu nome, terão de se despachar», fazendo referência ao arranque dos projectos de exploração de gás³⁶.



O governo Francês também garantiu os contratos entre a CMN e as empresas públicas Moçambicanas?

Persiste uma questão pouco clara: terá o governo Francês, nessa época, coberto os diferentes contratos da CMN com Moçambique, através da Coface, a sua agência de crédito à exportação? Face à falta de transparência em torno das garantias públicas das exportações no sector do armamento, é impossível verificar esta informação. Em contrapartida, de acordo com o que nos informou uma fonte próxima da própria agência, a Coface tinha o hábito de cobrir quase sistematicamente os contratos navais ou aeronáuticos por parte

do governo. Isso, quer para assegurar financiamentos privilegiados aos «países bons», quer para cobrir os riscos económicos e políticos para os «países maus», como Moçambique. No segundo caso, a Coface e o Ministério das Finanças Francês exigiam sistematicamente uma contragarantia das autoridades locais para assegurar que estas lhe dariam prioridade e para preservar os interesses económicos do contribuinte Francês em caso de cessação de pagamento. Isso poderia explicar a razão pela qual a única garantia do Estado publicamente exposta tenha sido a do Estado Moçambicano. A confirmar-se, isso significaria que o Ministério das Finanças Francês tinha tantas informações quanto os bancos acerca desta montagem financeira altamente suspeita.

"MOÇAMBIQUE, O TESOURO DA EXPORTAÇÃO" PARA A FRANÇA

945

MILHÕES

de toneladas de
GNL (gás natural
liquefeito) a produzir
em 30 anos

31,5

MILHÕES

de toneladas de
GNL/ano, mais um
terço da totalidade
do GNL importado
pela Europa em 2019

60

MIL MILHÕES

de dólares de
investimento,

4 VEZES

O PIB

de Moçambique
em 2019, ou seja

50 VEZES

OS FUNDOS

angariados pelas
Nações Unidas, após
a passagem dos ciclones
Idai e Kenneth

A ACELERAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DOS CAMPOS DE GÁS

Em 2010 e 2013, descobriram-se enormes reservas de gás em Moçambique: perto de cinco milhões de milhão de metros cúbicos, as nonas maiores reservas de gás do mundo, com a capacidade de colocar Moçambique entre os cinco principais exportadores de GNL a nível mundial^{37,38}. Estas concentram-se num pequeno número de campos de gás em águas profundas (2000 metros de profundidade) situadas entre duas áreas, a 1 e a 4, cuja exploração deverá durar cerca de 30 anos. Estas duas áreas são operadas pelas corporações transnacionais Francesa Total (área 1), Italiana ENI e Americana Exxon-Mobil (área 4). Desde 2017, o desenvolvimento de três projectos nessas duas áreas acelera-se:

CORAL SUL FLNG : ÁREA 4

OPERADOR PRINCIPAL ENI	DATA DE PREVISTA DE ENTRADA EM FUNCIONAMENTO 2022
CAMPOS DE GAS EXPLORADO CORAL	MONTANTE DOS INVESTIMENTOS 8 MIL MILHÕES DE DÓLARES
CAPACIDADES 3,4 MTPA (milhões de toneladas por ano)	

Para este projecto, os operadores decidiram realizar tudo em *offshore* com uma unidade flutuante de liquefação e armazenamento de gás ancorada a 60 km das costas Moçambicanas, com perfurações ultraprofundas de cerca de 2 km de profundidade. O gás será, então, explorado e liquefeito para ser, depois, exportado.

Os dois outros projectos têm como objectivo produzir volumes de GNL muito mais consequentes. A Península de Afungi, perto da cidade de Palma, acolhe as instalações *onshore*: um imenso parque industrial de 18 000 hectares onde serão construídas todas as infra-estruturas de GNL (terminais, comboios de GNL, reservatórios, embarcadouros, aeroporto próprio etc.). Essas instalações serão ligadas por gasodutos aos campos submarinos das áreas 1 e 4. Na Península de Afungi, a Total e a ExxonMobil arrancaram com as obras de construção. A Total encarrega-se da maior parte dos trabalhos nesta etapa, uma vez que já avançou mais no processo de financiamento. Cerca de 8000 operários estavam no local antes da epidemia da Covid-19.

GNL DE ROVUMA : ÁREA 4

OPERADORES PRINCIPAIS EXXONMOBIL E ENI	DATA DE PREVISTA DE ENTRADA EM FUNCIONAMENTO 2025
CAMPOS DE GAS EXPLORADO MAMBA	MONTANTE DOS INVESTIMENTOS 30 MIL MILHÕES DE DÓLARES
CAPACIDADES 15,2 MTPA (milhões de toneladas por ano)	

GNL DE MOÇAMBIQUE : ÁREA 1

OPERADOR PRINCIPAL TOTAL	DATA DE PREVISTA DE ENTRADA EM FUNCIONAMENTO 2024
CAMPOS DE GAS EXPLORADO GOLFINHO E ATUM	MONTANTE DOS INVESTIMENTOS 24 MIL MILHÕES DE DÓLARES
CAPACIDADES 12,9 MTPA (milhões de toneladas por ano)	

A área 1 contém mais de 1680 mil milhões de metros quadrados de recursos de gás, dos quais 504 serão valorizados, graças aos dois primeiros comboios de GNL. A Total prevê desenvolver mais dois comboios de liquefação para aumentar a produção. Nesta altura, não se fez qualquer descoberta comercialmente viável nas outras áreas de exploração e, nomeadamente, nas áreas onde a Total também detém participações mais a sul (áreas petrolíferas 3 e 6). Estão a decorrer ou deverão ser retomadas campanhas de prospecção sísmica e perfuração susceptíveis de vir a incrementar as reservas de hidrocarbonetos potencialmente exploráveis do país.



Covid-19: a ExxonMobil abranda, mas a Total mantém o seu calendário, correndo o risco de propagar o vírus

A crise do coronavírus e a queda do preço do petróleo vieram abrandar o desenvolvimento dos projectos. Comprometida com um plano de economias abrangente, a ExxonMobil decidiu alterar a decisão final de investimento do GNL de Rovuma. Já a Total afirmou publicamente a sua intenção de manter o seu calendário com vista a começar a exportar o GNL produzido pelo GNL de Moçambique a partir de 2024 e vai assinar a sua primeira tranche de financiamento de 15 mil milhões de dólares em Junho. Muito embora a pandemia do Covid-19 no local a tenha forçado a abrandar as actividades, a Total não as interrompeu totalmente. A 13 de Maio de 2020, contabilizavam-se 74 pessoas infectadas pela

epidemia nas instalações da Total, o equivalente a 71 % dos casos declarados em Moçambique. A Total anunciou a imposição de medidas de «aplicação de quarentena» que consistiam em interromper as «actividades não essenciais» e na redução drástica do número de pessoas nas instalações. Não obstante, parece que determinados trabalhadores (pessoal dos serviços de limpeza e cozinha, por exemplo) continuaram a deslocar-se entre as instalações da Total e os seus alojamentos em Palma, correndo o perigo de propagar o Covid-19 fora da Península de Afungi. Pelo menos dois casos foram oficialmente detectados entre os habitantes de Palma provavelmente vítimas da pandemia nas instalações da Total. A Total, contudo, recusou-se a responder às perguntas da agência de notícias Moçambicana Zitamar News a esse respeito.

UM LOCAL DE ELEIÇÃO PARA A INDÚSTRIA DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E OS BANCOS FRANCESES

As empresas Francesas desempenharam um papel crucial na concretização destes investimentos maciços no sector do gás em Moçambique. No Outono de 2019, a Total tornou-se operadora do megaprojecto GNL de Moçambique, após a compra dos activos da Anadarko em África³⁹; a TechnipFMC conseguiu contratos de engenharia nos três projectos; os bancos Franceses esforçam-se por reunir os 60 mil milhões de dólares para os financiar. E isto é só o princípio, como assinala o Ministério da Economia e das Finanças Francês: «tendo em conta os 60 mil milhões de dólares de investimentos

previstos nos projectos de exploração de gás para os cinco próximos anos, bem como a presença da Total como operador, as empresas Francesas começam a afluír, e estão a ser preparadas várias implantações.»⁴⁰ Muitas empresas Francesas do sector da logística e dos serviços esperam também lucrar com o boom do gás e com toda a actividade económica que se espera dar origem a uma cidade em Palma. Segundo a Business France, a referida cidade que há poucos meses era uma aldeia, viria a acolher 200 mil habitantes⁴¹.

 CAMPOS DE EXPLORAÇÃO DE GÁS

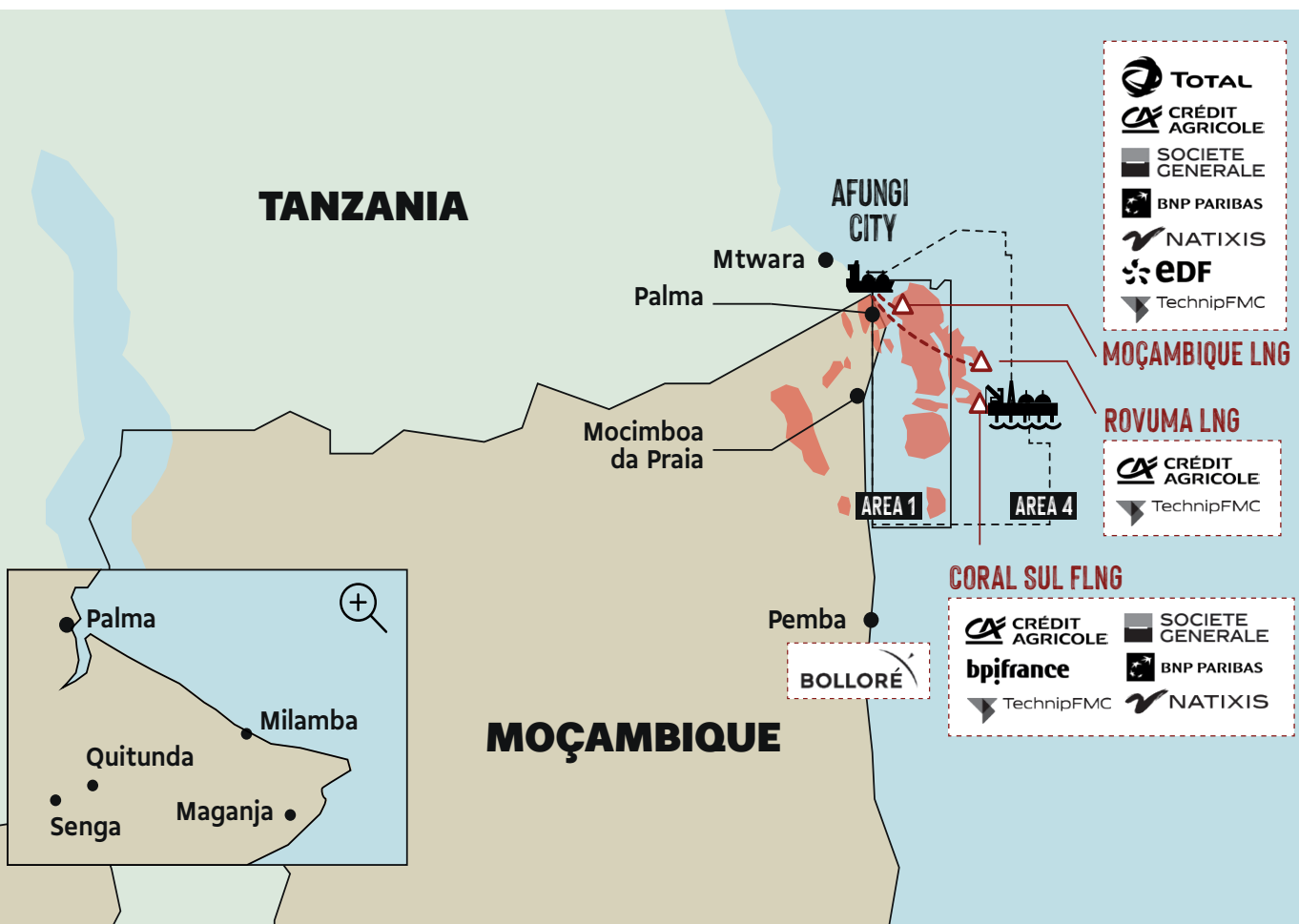
 PARQUE DE EXPLORAÇÃO DE GÁS DE AFUNGI

 INSTALAÇÃO OFFSHORE

 ÁREAS

 PLATAFORMA FLUTUANTE DE LIQUEFAÇÃO CORAL SUL FLNG

 GASODUTOS SUBMARINOS A LIGAR AS INSTALAÇÕES NO MAR E EM TERRA





- Operador do GNL de Moçambique (área 1).



*Subempreiteira
dos operadores
dos três projectos*

- Membro do consórcio que fornece a engenharia, os equipamentos, a construção, a instalação, a entrada em funcionamento e o arranque da unidade de liquefacção flutuante do Coral Sul FLNG⁴² ;
- Obteve vários contratos para trabalhos submarinos no GNL de Moçambique⁴³ ;
- Membro do consórcio de parapetrolíferas que obteve um contrato de engenharia, fornecimento de equipamentos e construção no GNL de Rovuma⁴⁴.



- Obteve diversos contratos com a maioria dos operadores dos projectos de exploração de gás⁴⁵.



- A empresa foi um dos primeiros assinantes de um contrato de 2018 para comprar o GNL produzido na área 1⁴⁶.



- Construiu um porto para uso exclusivo das empresas petrolíferas em 2013, em Pemba⁴⁷.



- Consultor financeiro da GNL de Moçambique na angariação dos 20 mil milhões de dólares americanos necessários para lançar o projecto ;
- Financiador do Coral Sul FLNG (242 milhões de dólares americanos) ;



- financiador do Coral Sul FLNG (251 milhões de dólares americanos) ;



- Conselheiro financeiro do Coral Sul FLNG e do GNL de Rovuma na angariação dos 4,7 mil milhões de dólares americanos e dos 30 mil milhões de dólares americanos necessários para lançar os projectos ;
- Financiador do Coral Sul FLNG (399 milhões de dólares americanos) ;
- Financiador da GNL de Moçambique⁴⁸.



- Agente junto da seguradora de crédito SACE para o Coral Sul FLNG⁴⁹ que financiou em cerca de 267 milhões de dólares americanos.

DINHEIRO PÚBLICO FRANCÊS PARA APOIAR POLUIDORES

De acordo com um relatório senatorial de um colóquio organizado em 2014, para a França, Moçambique é «um tesouro da exportação»⁵⁰. Para garantir que as empresas Francesas obtêm uma fatia do bolo do presumível futuro motor de crescimento Mçambicano, assente na exploração, na produção e no transporte de gás, o Estado francês pôs todo o seu aparelho de diplomacia económica em marcha. Isso passa, desde logo, por conceder um apoio financeiro directo através de uma garantia à exportação de mais de 500 milhões de euros (528,21 milhões de euros) ao projecto Coral Sul FLNG⁵¹, para apoiar a TechnipFMC. Com este mecanismo financeiro, o Estado constitui-se garante perante os bancos que concederam créditos aos operadores. Trata-se, no

fundo, de uma cobertura de seguro sobre a transacção para os bancos comerciais, o que é muito importante para um país como Moçambique, considerado arriscado nos planos político e económico. Sem a concorrência das agências de crédito à exportação, como a Bpifrance Assurance Export⁵², que age em nome do Estado Francês, as grandes empresas do gás teriam muitas dificuldades em conseguir os financiamentos privados para os seus projectos altamente onerosos e arriscados em Moçambique. Tendo em conta o envolvimento da Total, da TechnipFMC e dos bancos Franceses no GNL de Rovuma e no GNL de Moçambique, é bem possível que a França conceda outras garantias à exportação.

Como funcionam as garantias de exportação?



As decisões de conceder garantias à exportação neste tipo de projecto são tomadas em Comissão das garantias, onde se encontram representantes do Ministério da Economia e das Finanças e do Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros. Quem as assina é o ministro da Economia e das Finanças e quem as governa é a direcção do financiamento internacional das empresas no seio da direcção-geral do Tesouro. A garantia outorgada para o Coral Sul FLNG no quarto trimestre de 2017 também foi aprovada por Bruno Le Maire. Este apoio

financeiro constitui prova irrefutável de um forte apoio político do actual governo Francês à exploração do gás ao largo da costa de Moçambique, além de contribuir para a criação de um bloqueio que garante a exploração das suas jazidas de energias fósseis até aqui intactas. Se, seja por que razão for, o contrato não pudesse ser honrado como previsto nos próximos 16 anos⁵³, a factura das indemnizações aos bancos recairá sobre o contribuinte Francês e não sobre as multinacionais' and change to corporações transnacionais Francesas.



A Total chega e a diplomacia Francesa redobra esforços

Como demonstra bem a primeira parte deste relatório, os canais de diplomacia económica entre a França e Moçambique já estão activos desde 2013 e, logo à partida, centram-se nas reservas de hidrocarbonetos Moçambicanas. Com a chegada da Total, no Outono de 2019, na qualidade de operador do GNL de Moçambique, esses canais foram reactivados. Os serviços económicos da embaixada Francesa em Maputo assumiram um papel importante junto do novo embaixador David Izzo, que representa a França neste país da África austral desde Setembro de 2019. Em Fevereiro deste ano, Jean-Yves Le Drian chegou mesmo a deslocar-se para se reunir com Filipe Nyusi em Moçambique, por ocasião de uma visita pelo Oceano Índico — a última viagem de um ministro dos Negócios Estrangeiros Francês em Moçambique datava de 2002. Dois dias após anunciar o fim das perfurações petrolíferas marítimas em território Francês, recusando-se a prolongar as investigações ao largo das Ilhas Esparsas em nome da urgência climática, o governo Francês estava em Maputo a defender os interesses da indústria dos combustíveis fósseis Francesa.

Em Outubro de 2020, a Business France — a agência pública Francesa ao serviço da internacionalização da economia — pretende até organizar uma missão de negócios intitulada, French Gas Days, em Maputo, para ajudar as empresas Francesas a «conquistar as múltiplas oportunidades de mercado que Moçambique oferece», directamente ligadas ao boom do gás. Por sua vez, o presidente Moçambicano Filipe Nyusi deverá ir a Paris para se reunir com Emmanuel Macron e com o patronato Francês por ocasião da Cimeira África-França, inicialmente prevista para o início de Junho de 2020, mas adiada devido à crise do coronavírus. Um encontro cara a cara para poderem discutir questões relacionadas não só com a exploração do gás, mas também com a segurança. Estas ligações estreitas entre a indústria dos combustíveis fósseis e o Ministério dos Negócios Estrangeiros são igualmente fomentadas pelas práticas de (retro)pantouflage ou «portas giratórias»: o conselheiro especial de Jean-Yves Le Drian no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Jean-Claude Mallet, por exemplo, foi recrutado pela Total em Maio de 2019 para o cargo de director dos assuntos públicos.

ACELERAÇÃO DA COOPERAÇÃO MILITAR NUM CONTEXTO DE DESTABILIZAÇÃO DA REGIÃO DE CABO DELGADO

A retoma das actividades de exploração de gás da Anadarko pela Total em Moçambique só vieram consolidar a cooperação militar entre a França e Moçambique no clima de destabilização que se vive na região de Cabo Delgado.

LIMITES CONTESTADOS DA ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA DA FRANÇA NO OCEANO ÍNDICO



HELICÓPTEROS COM LICENÇA FRANÇA UTILIZADOS PELOS PARAMILITARES SUL-AFRICANOS PARA COMBATER OS INSURGENTES



PELO MENOS 21 CAMPOS MILITARES INSTALADOS EM TORNO DE AFUNGI

LIMITES OFICIAIS DA ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA DA FRANÇA NO OCEANO ÍNDICO



NAVIOS MILITARES DA CMN CONSTRUÍDOS EM FRANÇA



PARQUE DE EXPLORAÇÃO DE GÁS DE AFUNGI



ATAQUES DOS INSURGENTES



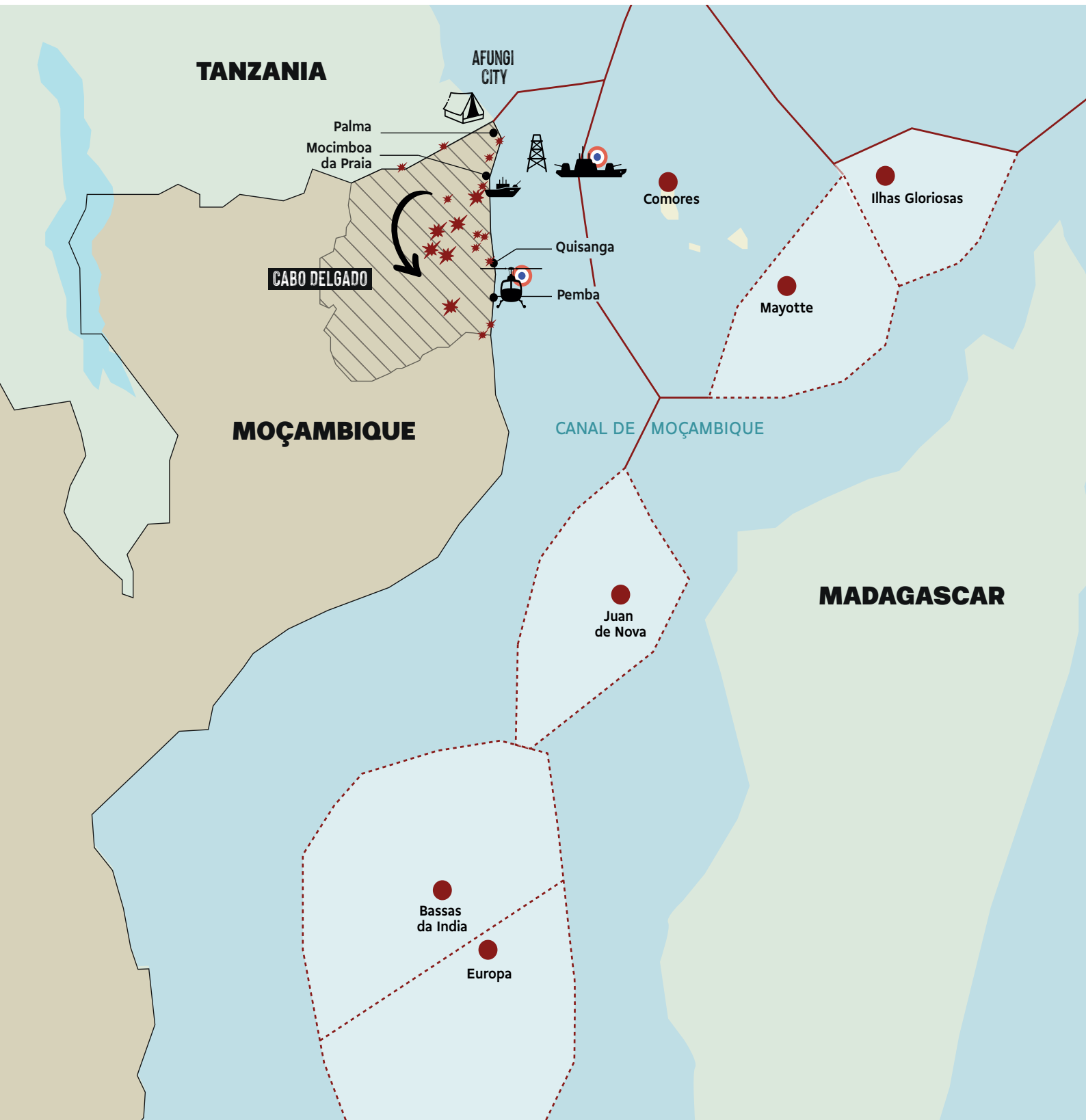
DESLOCALIZAÇÕES DA POPULAÇÃO (PELO MENOS 100 000 PESSOAS)



NAVIOS DA MARINHA FRANCESA A PATRULHAR O CANAL DE MOÇAMBIQUE



INSTALAÇÕES DE EXPLORAÇÃO DE GÁS OFFSHORE



A REGIÃO DE CABO DELGADO ENTRE O GÁS, A INSURREIÇÃO E A MILITARIZAÇÃO

Uma insurreição que mata e ganha amplitude

Há cerca de três anos que se multiplicam os ataques dos grupos insurgentes, conhecidos como Ahlu Sunna Wa-Jama e a que a população local chama «al-Shabab», na região de Cabo Delgado, no norte de Moçambique. Segundo uma contabilização da ONG Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), os actos de violência já fizeram pelo menos 1100 mortos, desde Outubro de 2017, sobretudo entre as populações civis⁵⁴. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), desde a ocorrência do primeiro ataque deste género, a 5 de Outubro de 2017, pelo menos 100 000 pessoas foram forçadas a sair da província, juntando-se aos milhares de desalojados em virtude da passagem do ciclone Kenneth no ano passado e às aldeias inteiras deslocadas para construir instalações de exploração de gás⁵⁵. Desde o início do ano 2020, a ACLED observa um forte aumento da frequência dos ataques. A 23 de Março deste ano, os insurgentes também se apoderaram da cidade de Mocímboa da Praia (127 000 habitantes), 60 km a sul da Península de Afungi, porto estratégico para os operadores da exploração de gás⁵⁶.

Vários factores por detrás deste conflito

Por detrás deste movimento de insurreição está uma seita religiosa fortemente ligada à Tanzânia. Desde os anos 2000 que esta seita se encontra na região⁵⁷. Até hoje não se comprovou uma colaboração operacional com o Estado islâmico, apesar de este ter tentado reivindicar alguns ataques. A insurreição parece assentar num encadeamento de tensões sociais, religiosas e políticas exacerbadas pela explosão das desigualdades e das violações dos direitos humanos derivados da exploração do gás (descritas na pág. 27-29). A província de Cabo Delgado é a mais pobre de Moçambique, com uma taxa de desemprego muito elevada, particularmente entre os jovens. Além disso, é a única província com uma população maioritariamente muçulmana, onde as tensões entre as etnias mwani e macua, de um lado, e makonde, do outro, foram atizadas por questões financeiras e de poder⁵⁸. Segundo Michel Cahen, director de investigação emérito no CNRS, «foi a entrada do neoliberalismo selvagem num país que antes se dizia marxista-leninista que atizou as tensões», o que estabelece a ligação entre estes ataques e as injustiças económicas geradas pela exploração dos recursos mineiros e de hidrocarbonetos⁵⁹. As violações dos direitos humanos atribuídas às forças de segurança privadas contratadas pela multinacional Gemfields, detentora de minas de rubis na região, teriam nomeadamente alimentado os primeiros ataques do grupo islâmico armado em Mocímboa da Praia, em Outubro de 2017. No distrito de Montepuez, os referidos actores da segurança privada teriam destruído os bens dos mineiros, além de torturar e matar alguns habitantes, muitos dos quais mineiros artesanais, para os obrigar a abandonar a zona de concessão da sociedade⁶⁰.

Em resposta, o governo Moçambicano adoptou a estratégia da militarização, deixando de lado as problemáticas sociais, económicas, religiosas e políticas que subjazem à insurreição⁶¹. A desordem entre os contingentes de forças policiais e militares que o governo Moçambicano mobilizou em toda a região abre caminho aos insurgentes e permite-lhes multiplicar os ataques. Foram enviados 500 soldados para proteger as instalações de exploração de gás em torno da Península de Afungi. Em Fevereiro de 2020, perante a incapacidade do exército Moçambicano de proteger as populações civis, a Total e a ExxonMobil terão mesmo exigido ao governo a mobilização de mais 300 soldados para protegerem as suas instalações⁶². Nada de novo: em 2019, a Anadarko (actual Total) e a ENI assinaram um acordo com o Ministério da Defesa Moçambicano para pagar directamente uma parte dos salários dessas forças especiais que protegem Afungi, apesar desse dinheiro só ter servido para «encher os bolsos dos patrões», segundo testemunhos⁶³. Além disso, segundo alertou o jornal Moçambicano *Canal de Moçambique*, essa conta bancária era, no mínimo, suspeita, pois não revertia os fundos directamente para o Tesouro, e os militares queixavam-se de não serem pagos. Certo é que a militarização da província continua a gerar tensões, e as comunidades sentem-se abandonadas à sua sorte, ameaçadas em todas as frentes pelo exército, os operadores da exploração do gás e os seus subempreiteiros, bem como os grupos insurgentes⁶⁴ (ver pág. 27-29).

Escolha da militarização sujeita à pressão dos operadores de exploração de gás

Em resposta, o governo Moçambicano adoptou a estratégia da militarização, deixando de lado as problemáticas sociais, económicas, religiosas e políticas que subjazem à insurreição⁶¹. A desordem entre os contingentes de forças policiais e militares que o governo Moçambicano mobilizou em toda a região abre caminho aos insurgentes e permite-lhes multiplicar os ataques. Foram enviados 500 soldados para proteger as instalações de exploração de gás em torno da Península de Afungi. Em Fevereiro de 2020, perante a incapacidade do exército Moçambicano de proteger as populações civis, a Total e a ExxonMobil terão mesmo exigido ao governo a mobilização de mais 300 soldados para protegerem as suas instalações⁶². Nada de novo: em 2019, a Anadarko (actual Total) e a ENI assinaram um acordo com o Ministério da Defesa Moçambicano para pagar directamente uma parte dos salários dessas forças especiais que protegem Afungi, apesar desse dinheiro só ter servido para «encher os bolsos dos patrões», segundo testemunhos⁶³. Além disso, segundo alertou o jornal Moçambicano *Canal de Moçambique*, essa conta bancária era, no mínimo, suspeita, pois não revertia os fundos directamente para o Tesouro, e os militares queixavam-se de não serem pagos. Certo é que a militarização da província continua a gerar tensões, e as comunidades sentem-se abandonadas à sua sorte, ameaçadas em todas as frentes pelo exército, os operadores da exploração do gás e os seus subempreiteiros, bem como os grupos insurgentes⁶⁴ (ver pág. 27-29).

O fracasso dos grupos paramilitares privados vindos do estrangeiro

Para atenuar o caos militar, o governo Moçambicano recorreu a várias empresas de segurança privada: desde logo, o Frontier Service Group gerido por Erik Prince, ex-patrão da tristemente célebre sociedade *Blackwater*⁶⁵; o grupo paramilitar Russo, Wagner, que se retirou temporariamente depois de ter perdido homens e cujas ligações com o Kremlin inquietavam as corporações

transnacionais do gás⁶⁶; e, por fim, os helicópteros de combate de grupos paramilitares Sul-africanos liderados pelo coronel Lionel Dyck e a sua sociedade, *Dyck Advisory Group*, que terão sido mobilizados para combater os insurgentes, em Abril⁶⁷. A imprensa de especialidade fez várias referências às ligações entre Lionel Dyck e Erik Prince^{68,69}. As intervenções musculadas sob a alçada de grupos de segurança privada não se revelaram eficazes para travar o conflito.

ACELERAÇÃO DA COOPERAÇÃO MILITAR NUMA REGIÃO ESTRATÉGICA PARA A FRANÇA

A presença militar Francesa no Canal de Moçambique

Com efeito, entre as Ilhas Esparsas e o departamento de Mayotte, a França cobre dois terços do Canal de Moçambique. Embora consistam num aglomerado de ilhas habitadas num total de quase 50 km² de terras à superfície, Ilhas Esparsas fornecem 640 400 km² de território marítimo à França, ou o equivalente a 6% do seu território marítimo⁷⁰. Para além da zona de pesca que proporcionam, conferem à França uma vantagem no Oceano Índico, que, por si só, concentra um quarto das trocas económicas mundiais. Ora, apesar da descolonização, a França recusa-se a devolver este aglomerado de ilhas a Madagáscar e, para garantir a sua soberania, mobiliza forças armadas na zona sul do Oceano Índico (FAZSOI), compostas por 1600 militares encarregues de proteger o território nacional e reforçar a cooperação regional a partir da Reunião e de Mayotte⁷¹. A base naval de Port des Galets na Reunião é o porto de atracagem dos muitos navios militares que patrulham o canal não só para marcar presença, mas também para combater a pirataria e as actividades de tráfico ilícito. O porto de Pemba, na província de Cabo Delgado, é ponto de escala regular da marinha Francesa⁷², que parece manter muito boas relações com as empresas petrolíferas activas ao largo de Moçambique, nomeadamente, os navios de perfuração da parapetrolífera Italiana Saipem, contratada pela Eni para o projecto Coral Sul FLNG⁷³.

Militarizar a zona para proteger prioritariamente os interesses na exploração de gás só agrava a situação

A chegada da Total como operadora de um megaprojecto de exploração de gás é, portanto, uma boa notícia para a diplomacia Francesa, permitindo-lhe fortalecer a sua presença nesta zona estratégica. Além disso, a França encetou uma missão de defesa em Maputo, inaugurada e, Setembro de 2018⁷⁴. Assim sendo, perante o agravamento das tensões em Cabo Delgado, que ameaça os interesses da Total e dos seus banqueiros, o governo Francês não fica de braços cruzados, e procura apoiar o governo Moçambicano na luta contra a insurreição no norte do país. Aquando da sua visita a Moçambique em Fevereiro, a prioridade do ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros, Jean-Yves Le Drian, era falar com os seus homólogos para garantir a protecção das actividades de exploração do gás da Total e da TechnipFMC⁷⁵. Nessa ocasião, os governos Moçambicano e Francês expressaram a sua vontade de colaborar em matéria de segurança marítima. Paralelamente, e de acordo com o boletim informativo especializado, *Africa Intelligence*, a França propôs a cooperação dos serviços secretos Moçambicanos em matéria de fornecimento de imagens de satélite para completar a vigilância da insurreição⁷⁶. Segundo a RFI, a Direcção dos serviços secretos e da segurança militar Francesa demonstra interessar-se cada vez mais seriamente nesta zona⁷⁷.

Não restam dúvidas, portanto, que não é por acaso que a sociedade de segurança privada Amarante Internationale, dirigida pelo ex-oficial do serviço de acção da DGSE, Alexandre Hollander, tenha instalado um posto em Maputo, em Março de 2020, e se tenha candidatado ao concurso da Total para garantir a segurança das infra-estruturas de exploração de gás de Afungi⁷⁸.

Ora, na opinião de todos os investigadores que observam o conflito, como Alex Vines, a militarização da zona para proteger prioritariamente os interesses económicos não trará a insurreição⁷⁹. O envolvimento de Estados como o da França, cuja motivação principal são interesses económicos, ou das empresas de segurança privada também não o fará. É preciso não só atacar as raízes sociais e políticas deste conflito, mas também cooperar com a Tanzânia para dismantlar as redes de radicalização. Ao apoiar a indústria da exploração de gás em termos económicos e militares, a França faz precisamente o contrário, uma vez que pode muito bem estar a preparar o terreno para uma atitude de passividade que roça o apoio popular aos insurgentes. A exacerbação das desigualdades sociais e da militarização da zona sem uma real protecção das populações só promove as práticas de corrupção do governo Moçambicano: as consequências do *boom* do gás só contribuem para acentuar o ressentimento das populações locais em relação ao poder instalado.

Armamento licenciado pela França nos principais grupos paramilitares privados

Mais inquietante ainda, ao que tudo indica, os grupos paramilitares mobilizados para combater a insurreição possuem armamento Francês. No que se refere ao armamento e ao gás em Moçambique, os navios mili-

tares da CMN não se encontram propriamente longe. Com efeito, esses navios-patrolha foram recuperados por Erik Prince, que, em 2017, criou uma *joint venture* entre a sua empresa de segurança privada, FSG, e a Ematum, designada de *Tunamar*⁸⁰. Este Americano era director da *Blackwater*, a empresa de segurança privada activa nas guerras do Iraque e do Afeganistão, a que pertenciam vários agentes condenados nos Estados Unidos pelo massacre de 17 civis Iraquianos⁸¹. Oficialmente activa na indústria da pesca, a *Tunamar* possui sobretudo interceptadores comprados à CMN⁸². Se o papel de Erik Prince na protecção das instalações de exploração de gás ainda não é muito claro, o mesmo não se pode dizer dos navios-patrolha da CMN, que foram avistados em Mocimboa da Praia — um centro logístico importante para a indústria de exploração de gás dotado de um aeroporto e um porto para assegurar o transporte do material — aquando de um ataque dos insurgentes, em Março de 2020⁸³. Erik Prince tem ligações muito fortes com os Emirados Árabes Unidos, que acolhem também a holding Privinvest de Iskandar Safa, implicada no escândalo de corrupção em torno da venda desses navios⁸⁴. Além disso, foi ele que tratou do envio de helicópteros de combate, em Agosto de 2019, a partir da África do Sul, para complementar o exército Moçambicano, dois Gazelles ainda a ostentar o camuflado do exército Francês, operados pelo coronel Zimbabueano reformado, Lionel Dyck^{85,86}. A Direcção-geral do Armamento foi visivelmente activada para tratar da revenda dos referidos aparelhos⁸⁷. Em Abril de 2020, foram avistados novos helicópteros em Cabo Delgado, operados pela empresa de segurança Dyck Advisory Group, entre eles, um Gazelle, fabricado no Reino Unido com licença Francesa e posto à venda em 2014^{88,89,90}. Segundo algumas fontes, este terá sido comprado por um «coleccionador» Inglês, que o terá por sua vez revendido ao grupo paramilitar Sul-africano⁹¹.



Todas as exportações deste tipo de armamento num país terceiro são normalmente sujeitas a uma autorização do Ministério das Forças Armadas Francês, uma vez que a licença é Francesa. Independentemente do trajecto específico deste helicóptero, o governo Francês deve responder publicamente à seguinte pergunta: como é que armamento com licença Francesa vai parar às mãos de grupos paramilitares activos no norte de Moçambique?

GÁS, MILITARIZAÇÃO E CORRUPÇÃO À CUSTA DOS DIREITOS HUMANOS, DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DA BIODIVERSIDADE

Os três projectos em desenvolvimento emitiriam o equivalente a

7

ANOS

de emissões de gases com efeito de estufa da França e

49

ANOS

de emissões de Moçambique

1 100

MORTOS

e mais de

100 000

PESSOAS

forçadas a se deslocar desde o início da insurreição

556

FAMÍLIAS

desalojadas devido aos projectos de exploração de gás

8

QUILÔMETROS

distância que separa a área 1 da biosfera das Quirimbas, reconhecida pela UNESCO

90 %

da produção de gás destina-se à exportação

BOOM DO GÁS E MILITARIZAÇÃO, UM COCKTAIL EXPLOSIVO PARA OS DIREITOS HUMANOS

No terreno, as comunidades locais são as principais vítimas das consequências do boom do gás e do conflito que mina a província de Cabo Delgado. A militarização da zona influencia o processo de realocização e de indemnização das 556 famílias desalojadas pelos operadores da exploração do gás, desde logo faltosas. Os desalojamentos das populações em virtude dos projectos de exploração de gás e a militarização da zona a favor das corporações transnacionais do gás em detrimento das comunidades locais só exacerbam as tensões. A Justiça Ambiental (JA!) — Amigos da Terra Moçambique — trabalham com as populações de Cabo Delgado desde 2007 e já documentou mais de 100 queixas para apoiar as comunidades afectadas e fazer valer os seus direitos face não só às grandes empresas de exploração de gás e os seus subempreiteiros, mas também ao governo Moçambicano⁹². A maioria dos elementos abaixo provém do seu trabalho no terreno⁹³.

As realocizações das populações pelas grandes empresas de exploração de gás exacerbam as tensões e lançam as comunidades para a precariedade

Para construir as instalações *onshore*, várias aldeias inteiras de populações que dependem da pesca e da agricultura foram desalojadas, primeiro pela Anadarko e, depois, pela Total. Apesar da mudança de fardas, são as mesmas pessoas que gerem a ligação com as comunidades no terreno. Quinhentas e cinquenta e seis famílias (556) foram forçadas a abandonar as suas aldeias. Os habitantes de Milamba, por exemplo, foram deslocalizados para o interior das terras, para a mini aldeia de Quitunda, construída mesmo no meio de Senga, onde só as casas do presidente da câmara e dos professores eram mobiladas. Muitos dos habitantes de Milamba eram pescadores-agricultores que receberam como indemnização terras agrícolas totalmente inacessíveis, a mais de 20 km da aldeia. Além disso, perderam o acesso ao mar e à pesca, uma vez que as camionetas disponibilizadas para lá chegar não coincidem com os horários da faina. Este distanciamento geográfico torna-se um obstáculo intransponível, face ao medo de que o exército tome as pessoas por insurgentes e as abata. Actualmente, esta comunidade encontra-se, portanto, privada de todo e qualquer acesso ao mar para pescar e às *machambas*⁹⁴ para cultivar — por outras palavras, de todos os seus meios de subsistência. Para agravar esta situação, o acesso ao ensino também se deteriorou, uma vez que roubaram todo o equipamento

da escola construída na aldeia. A Anadarko previa adquirir terras na aldeia de Senga para dar às comunidades de Milamba e Quitupo, o que causou muito descontentamento.

Actualmente, dando-se conta de que essas terras que a Anadarko visava não lhe permitem cumprir as promessas feitas à comunidade de Milamba, a Total usurpa ainda mais terras a Senga e começa a fazer o mesmo à aldeia de Macala. A empresa procura mesmo negociar terras não autorizadas pelo governo Moçambicano. A população de Senga vê-se, por isso, privada de muitas terras: as que foram requisitadas para acolher as comunidades deslocalizadas, as que foram atribuídas a outras empresas (contratadas e prestadoras de serviços) e as que foram ocupadas pelo exército Moçambicano, que ergueu pelo menos 21 campos militares em torno do parque de Afungi. As realocizações de populações maioritariamente muçulmanas originárias da costa (Milamba) para uma aldeia de maioria católica (Senga) são especialmente arriscadas no actual contexto de destabilização da região. O problema agrava-se pelo facto das indemnizações para os habitantes de Senga que foram obrigados a abandonar terras serem inferiores às indemnizações outorgadas aos habitantes de Milamba. Essa disparidade só contribui para exacerbam as tensões étnicas já existentes.

Os ataques dos insurgentes e os problemas de transporte entre Pemba e Palma também dificultam o acesso a bens de primeira necessidade em Palma. Os preços de

bens de consumo como o arroz, o óleo e o açúcar dispararam em flecha, agravando ainda mais as condições de vida das comunidades que perderam o acesso à agricultura e à pesca.



UM HABITANTE DE MILAMBA QUE ERA PESCADOR :

“ O ambiente em Quitunda é muito diferente do ambiente onde eu vivia, em Milamba. Mudaram a minha vida em função das suas próprias necessidades. A empresa prometeu-me indemnizações e uma vida boa, mas quando comparo a vida que tenho agora com a vida que tinha antes, constato que vivia melhor em Milamba do que vivo em Quitunda. ”



UMA IDOSA DE MILAMBA :

“ Deram-me uma casa, mas não tem terreno para produzir o que seja e suprir as minhas necessidades. Consideram suficiente os dois sacos de arroz que me deram. Pensarão eles que isso me satisfaz? ”



UMA REALIDADE QUE CONTRASTA COM AS DECLARAÇÕES DO BNP PARIBAS :

“ O BNP Paribas só se compromete neste tipo de projectos com actores reconhecidos do sector, que tenham comprovada capacidade de aplicar as melhores práticas em matérias de gestão de impacto sobre as comunidades das áreas circundantes ”



O EX-DIRECTOR DA INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO FRANCESA, BPIFRANCE ASSURANCE EXPORT, POR SUA VEZ, É MAIS SINCERO :

“ A nossa prioridade não são os direitos humanos nem o ambiente, mas o emprego em França ”

A prioridade do exército não é proteger as populações civis

Enquanto os ataques dos insurgentes forçam os habitantes da região de Cabo Delgado a deixar os seus lares, as comunidades concentradas em torno da Península de Afungi receiam fugir das suas aldeias, com medo que a Total ou um dos seus subempreiteiros aproveite a sua ausência para se apoderar das suas terras. Foi isso mesmo que aconteceu na aldeia de Milamba. Aquando de um ataque em Janeiro de 2019 perto de Maganja — a 7 km do parque de Afungi — em que não foram mobilizados soldados com o argumento de que estes estavam

encarregues de proteger as instalações de exploração de gás⁹⁷, a comunidade fugiu para Palma e a empresa Portuguesa BTP Gabriel Couto, contratada pela Anadarko e, depois, a Total, aproveitou a oportunidade para tomar posse das terras e começar as obras de construção do aeródromo.



UM ANTIGO EX-HABITANTE DE MILAMBA:

“ Sou comerciante, pescador e curandeiro. Antes, tratava muitas doenças, mas tive de abandonar essa actividade. Não posso ir ao mato procurar plantas, porque corro o risco de os militares me confundirem com os insurgentes. ”



DECLARAÇÃO DO CRÉDIT AGRICOLE :

“ O consultor ambiental e social independente dos mutuantes confirma que o plano de acção é constantemente adaptado para garantir a segurança quer das pessoas que trabalham no seu desenvolvimento, quer das comunidades locais. [...] Até à data, não há a lamentar qualquer ataque na zona do projecto nem contra as comunidades locais das proximidades. Isso é sinal de que as medidas de segurança adoptadas para o bem das comunidades locais são suficientemente dissuasivas ”

Essas propostas contrastam com os relatórios que a ONG especializada no acompanhamento de conflitos no mundo inteiro, ACLED, publica semanalmente desde então sobre a evolução do conflito em Cabo Delgado em parceria com as empresas de comunicação social Moçambicanas, Zitamar News e Mediafax. A ACLED reportou vários ataques contra as comunidades que vivem nas proximidades das instalações de exploração de gás, como a de Maganja. Além disso, considera que os esforços militares do governo Moçambicano continuam a, pelo contrário, acelerar a insurreição, face às acusações de violações dos direitos humanos pelos militares sobre as populações civis e da ausência de uma estratégia global, que integra não só os riscos de segurança, mas também a colaboração com as comunidades locais⁹⁹.

Quase todos os campos militares identificados pela Justiça Ambiental ficam perto das terras alocadas à dos agentes contratados pela Total — o que demonstra bem que o exército Moçambicano dá prioridade à protecção das empresas, em detrimento da protecção das populações. Nada de novo, uma vez que uma parte dos salários das forças especiais é paga pelas grandes empresas de exploração de gás¹⁰⁰.



O medo dos militares que violam os direitos humanos

As forças especiais Moçambicanas não só são onnipresentes em torno da Península de Afungi, mas também garantem a protecção dos representantes das empresas que se reúnem com as comunidades — presença essa que as populações entendem como forma de intimidação para evitar que expressem as suas preocupações. Com a aceleração dos ataques, o exército Moçambicano recrutou um número maciço de jovens soldados que enviou para Cabo Delgado sem qualquer formação, mas dotados de uma forte sensação de poder. Entretanto, e dado que esses soldados não são pagos atempadamente nem providos dos devidos abastecimentos alimentares, observou-se que as populações civis já foram vítimas de vários roubos¹⁰¹. As mulheres estão especialmente em risco, ameaçadas, por um lado pelos grupos insurgentes — registaram-se vários casos de rapto — e, por outro, pelo exército — muitas foram vítimas de abusos sexuais por parte dos soldados, mas têm medo de os denunciar.

Tudo isto acontece no mais absoluto silêncio, com a imprensa amordaçada e os investigadores a serem intimidados pelo governo Moçambicano: material confiscado, expulsão da zona, detenções arbitrarias. Além

disso, desde Junho de 2018, que a Human Rights Watch e a Amnistia Internacional documentam vários casos em que as forças governamentais impediram agências de comunicação social ou jornalistas de entrarem na região de Cabo Delgado, bem como casos em que as forças de segurança detiveram ou prenderam jornalistas que entraram na província, com base em falsas acusações¹⁰². O mais recente acontecimento inquietante: Ibrahim Mbaruco, jornalista para uma rádio comunitária local de Cabo Delgado, desapareceu a 7 de Abril de 2020. Nesse dia, enviou a sua última SMS às 18:00 para informar um colega de que fora seguido por um grupo de soldados até Palma e tinha a casa cercada. Desde então que não atende o telefone e foi dado como desaparecido¹⁰³. Ocorreram casos idênticos com membros das comunidades locais, que denunciaram as injustiças e os abusos cometidos na região. Não muito depois de 20 de Maio de 2020, M. Selemane, de Palma, foi raptado de manhã muito cedo, 24 horas depois de ter denunciado os maus-tratos e a brutalidade dos militares na região. Tinha participado na organização de um ajuntamento que visava dar oportunidade às comunidades locais para expressarem as suas preocupações. No momento em que escrevemos este documento, ainda continuava desaparecido.

CAOS E NÃO DESENVOLVIMENTO PARA MOÇAMBIQUE

A maldição dos recursos naturais

O FMI estima que 100 mil milhões de dólares de investimentos directos estrangeiros poderão ter sido injectados ao longo de um período de 30 anos nessas jazidas em Moçambique. À cabeça desses investimentos, as grandes empresas do gás afirmam que os seus projectos permitem «desenvolver o país» e gerar receitas que farão Moçambique sair da pobreza. Isso não passa de um mito: para além de todos os já referidos impactos directos do projecto sobre as populações que vivem em Cabo Delgado, são muitos os sinais de alarme em matéria de crises económicas e sociais para o país, já em vias de cair no fenómeno da «maldição dos recursos naturais». Já verificada em vários países do continente Africano, esta teoria defende que os países ricos em recursos naturais mas pobres em governação democrática se confrontam com uma forte volatilidade económica, a um aumento das práticas de corrupção, ao recrudescimento das desigualdades sociais — em vez de reverterem a favor das populações, os fluxos financeiros que resultam da sua exploração enriquecem uma minoria —, à exacerbação dos conflitos e a uma intensificação da violência. Moçambique corre o risco de vir a sofrer dessa maldição, ainda antes do início da exploração dos recursos de gás: de vir a sofrer de todos esses males sem que as riquezas prometidas pelo gás ainda tenham sequer dado o mais leve ar da sua graça e muito menos estejam em condições de alimentar os cofres do Estado. Se, por um lado, o governo Moçambicano já se perdeu num círculo vicioso, contando com a exportação maciça de GNL como única saída para as dívidas que contraiu em segredo¹⁰⁴, por outro, a maioria da população já perdeu qualquer hipótese de vir a beneficiar dessa aposta, uma vez que 90 % da produção de GNL destina-se à exportação. Os projectos não visam, por conseguinte, aumentar o acesso das populações locais à energia. Apenas três pequenos projectos industriais locais foram seleccionados, dois dos quais para exportar dos fertilizantes (Yara) e carburantes líquidos (Shell).

As corporações transnacionais em posição de força para impor as suas condições e captar todos os lucros

Para começar, os acordos entre o governo e os operadores são estruturados de forma a que as receitas das exportações só comecem a encher realmente os cofres do Estado a partir da década de 2030, e isto de acordo com os cenários mais optimistas, depois das empresas de exploração de gás terem recuperado os seus investimentos¹⁰⁵. Isso, sem contar com os eventuais atrasos que

possam sofrer os projectos de exploração de gás: face à queda do preço do petróleo, a ExxonMobil já anunciou um adiamento da decisão final de investimento no GNL de Rovuma¹⁰⁶. Contas feitas¹⁰⁷, todos os cenários indicam que as receitas das grandes empresas de exploração de gás e dos financiadores serão superiores às do Estado Moçambicano. Mesmo sem ter em conta as problemáticas climáticas, dois estudos demonstram que a oferta do gás natural liquefeito no mercado já era sobreabundante antes da crise do coronavírus, que só veio agravar a situação¹⁰⁸. É, portanto, bem provável que esses activos caiam rapidamente por terra, uma vez que as corporações transnacionais terão beneficiado de condições fiscais mais vantajosas nos primeiros anos. O benefício global do projecto no seu todo seria, então, economicamente insignificante para a população de Moçambique.

Neste tipo de projecto de exploração de energias fósseis, operadores como a Total, a ExxonMobil ou a ENI são geralmente obrigados a criar empregos locais, consoante os regulamentos editados pelo país que detém os recursos em hidrocarbonetos no seu solo, ou o chamado conteúdo local. Entretanto, alguns observadores já constataram que o governo Moçambicano se concentrou largamente em duas decisões finais de investimento rápidas, visando obter as receitas o quanto antes para saldar a dívida, em detrimento do desenvolvimento desse conteúdo local. Além de derisórias, essas exigências foram contornadas pelas grandes empresas de exploração de gás e os seus agentes contratados¹⁰⁹. O gás criou muitas expectativas, mas desde 2016 que as populações locais se queixam de ser muitas vezes ignoradas, mesmo no que se refere à criação de empregos não qualificados. Segundo afirmam, as grandes empresas de exploração de gás e os seus agentes contratados preferem contratar estrangeiros ou pessoas da capital em detrimento dos habitantes locais¹¹⁰, alimentando, assim, não só as tensões comunitárias e étnicas, como também o conflito em Cabo Delgado.

A evasão e a fraude fiscal parecem correr de vento em popa: o CIP (Centro de Integridade Pública) estudou o esquema fiscal de um dos três projectos, o Coral Sul FLNG, e concluiu que é feito de forma a fomentar tais práticas¹¹¹. Além do mais, o CIP questiona-se sobre as razões pelas quais os operadores da área 4 criaram um veículo de financiamento específico (uma SPV) para financiar a plataforma flutuante de liquefacção de gás, registado numa zona de comércio livre do Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, ou seja, num paraíso fiscal. Foi esta montagem financeira que o Estado Francês caucionou.



Quando o negócio da Total e o calendário político de Nyusi estão em harmonia

Por outro lado, uma vez que todos os observadores denunciam os resultados das últimas eleições de 2019, renovando o mandato de Filipe Nyusi, o candidato da Frelimo — o partido político que mantém laços estreitos com o mundo dos negócios — como fruto de uma fraude eleitoral maciça, será legítimo pôr em causa o *timing* da finalização da compra dos activos da Ana-

darko pela Total. Com efeito, a transacção foi concluída 18 dias antes da primeira volta das eleições, permitindo oportunamente a Nyusi anunciar em todos os canais televisivos uma *rentrée* fiscal de 880 milhões de dólares, pouco menos de um quarto das receitas previsionais do Estado para 2020. Além do efeito de anúncio, isso só levanta suspeitas de um possível desvio desses fundos em proveito da campanha eleitoral da Frelimo. Antes de ter sido eleito presidente em 2015, Filipe Nyusi era Ministro da Defesa aquando do escândalo das dívidas ocultas

UMA BOMBA DE EFEITO RETARDADO NUM PAÍS JÁ VÍTIMA DOS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Tornar a economia de um país inteiro dependente das receitas ligadas à exportação do gás é uma aposta que se torna ainda mais perigosa face aos perigos climáticos e à necessidade de deixar ficar as energias fósseis no solo.

A hipocrisia de Emmanuel Macron

Como o próprio Emmanuel Macron frisou diante da Convenção Cidadã sobre o Clima, em Janeiro deste ano: *«É preferível optar por extrair [os hidrocarbonetos] progressivamente, do que saber se haverá uma rarefacção, porque a dificuldade é a descoberta de novas jazidas em certas regiões. A dificuldade que teremos colectivamente será explicar aos países pobres que descobrem jazidas, que deverão abdicar desses hidrocarbonetos. [...] Por exemplo, Moçambique descobre que tem jazidas formidáveis nas suas águas territoriais, que está a explorar, por vezes, até, com operadores franceses. [...] Será preciso encontrar compensações na economia internacional para os ajudar a cessar essa actividade e a tornar-se menos dependentes dela.»*¹¹² Ora, em total contradição com as propostas do chefe de Estado e apesar da urgência climática, a França tudo faz para ajudar os operadores Franceses a explorar estas novas jazidas de gás e, portanto, de sujeitar Moçambique a esta dependência durante pelo menos 30 anos.

Uma verdadeira relógio bomba climática num mundo em sobreaquecimento

Segundo os nossos cálculos¹¹³, os três projectos de exploração de gás em pleno desenvolvimento poderiam emitir o equivalente a sete anos de emissões de gases com efeito de estufa da França e a 49 anos de emissões de Moçambique. Junte-se a isso o facto de a Total prever aumentar as suas capacidades de liquefacção e de se estarem a fazer trabalhos de investigação e exploração noutras áreas.

As análises do orçamento de carbono mundial disponíveis desde 2016 demonstram que as minas de carvão e as jazidas de petróleo e gás exploradas actualmente já poderão emitir uma quantidade de gases com

efeito de estufa suficientes para fazer o planeta ultrapassar os limites estabelecidos no Acordo de Paris — para conter o aquecimento global bem abaixo dos 2 °C e tentar mantê-lo nos 1,5 °C¹¹⁴. Por outras palavras, só será possível evitar as consequências mais dramáticas da aceleração das mudanças climáticas descritas pelos cientistas¹¹⁵ travando urgentemente a expansão das energias fósseis. Quatro anos depois da assinatura do acordo internacional sobre o clima, as perspectivas são cada vez mais negras. Num relatório dos finais de 2019, as Nações Unidas calculam que os governos e os industriais prevejam produzir mais do dobro da quantidade de energias fósseis compatível com uma trajectória + 1,5°C — 59 % acima para o sector do petróleo, 70 % para o sector do gás¹¹⁶. Dito de outra forma, se todos os Estados e corporações transnacionais implicadas nesses projectos tencionassem realmente respeitar o Acordo de Paris, as reservas de gás ao largo da costa de Moçambique manter-se-iam submersas.

O gás não é uma energia de transição

As grandes empresas petrolíferas e os respectivos financiadores públicos e privados tentam esconder-se por detrás do mito do gás como energia de transição, mas esse é um discurso que já não convence ninguém, face à acumulação de provas científicas que provam o impacte desta energia sobre o clima. São nomeadamente as fugas de metano em toda a cadeia de abastecimento que mais inquietam os climatologistas, uma vez que se trata de um gás que tem um efeito de estufa com uma capacidade de aquecimento 86 vezes superior à do CO₂ num horizonte de 20 anos¹¹⁷. Desde 2012 que a comunidade científica defende que uma melhor contabilização das fugas de metano basta para pôr em causa a tese da vantagem absoluta do gás sobre o carvão¹¹⁸, sobretudo no caso da produção de gás em Moçambique, que será transformado em GNL. Liquefazer, passar do estado gasoso ao líquido para passar novamente ao



gasoso são processos que de extremo consumo energético, que adicionam ao GNL cerca de 20 % de emissões acima da combustão do gás fóssil transportado pelos gasodutos por curtas distâncias¹¹⁹. Chega assim a um impasse o argumento defendido pelos industriais e os seus banqueiros de que a exportação maciça do GNL Moçambicano para os mercados Asiáticos e Europeus reduzirá as emissões mundiais de gases com efeito de estufa porque lhes permitirá abandonar o carvão.

Moçambique, um país vulnerável aos impactos das mudanças climáticas

Paradoxalmente, Moçambique está na primeira linha face aos impactes das mudanças climáticas: é classificado como um dos países mais vulneráveis, o 159.º em 191, nas escalas de classificação mundiais¹²⁰. A província de Cabo Delgado está duramente exposta ao risco climático, encontrando-se actualmente a recuperar do mais forte ciclone alguma vez registado em Moçambique — o ciclone Kenneth —, depois de passar vários séculos a salvo de ciclones tropicais¹²¹. Se o impacto do ciclone em Pemba foi relativamente limitado, comparado com a cidade da Beira, mais ao sul do país, a ilha do Ibo, que acolhia milhares de refugiados dos ataques de grupos insurgentes, foi a que mais sofreu a violência do ciclone que a deixou submersa e se 90 % das suas habitações.

Segundo a avaliação das necessidades pós-catástrofe realizada pelo PNUD, a União Europeia, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, a reconstrução de Moçambique custaria 3,2 mil milhões de dólares. Em Junho de 2019, 1,2 mil milhões de dólares tinham sido prometidos por doadores¹²². Paralelamente, as grandes empresas petrolíferas previram investir cinquenta vezes mais na exploração das reservas de gás. **As consequências extremas do aquecimento climático de um mundo que mantenha uma procura global elevada de energias fósseis e, nomeadamente, do gás Moçambicano, irão, inevitavelmente, destruir as condições necessárias para a tão esperada prosperidade.**

Uma extraordinária biodiversidade em perigo

Os ciclones não produziram danos só em terra, mas destruíram também cerca de 80 % do recife coral ao largo de Pemba¹²³. O parque nacional das Quirimbas, que faz parte de uma reserva de biosfera classificada pela UNESCO, situa-se a apenas 8 km do limite sul da área¹²⁴. O litoral oriental da África austral, e muito em particular, a costa norte de Moçambique, abriga uma incrível biodiversidade actualmente em perigo por causa dos projectos de exploração de gás e das mudanças climáticas. Cerca de 60 % dos mangais que restam na África Oriental encontram-se em Moçambique. São importantes reservas de biodiversidade, que prestam importantes serviços ecossistémicos¹²⁵. O parque nacional das Quirimbas e as suas imediações abrigam uma biodiversidade que parece saída de um postal: baleias, golfinhos, tartarugas, aves marinhas e peixes. A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) considera que uma parte dessas espécies se encontra em vias de extinção, como são os casos da baleia boreal, do albatroz-de-bico-amarelo ou ainda de várias espécies de tartarugas marinhas¹²⁶. Determinadas espécies recém-descobertas já correm perigo, até porque ainda não foram classificadas. Além disso, as baleias-de-bossa, em vias de desaparecer, dão à luz na região e são regularmente avistadas na baía de Palma¹²⁷.

Os projectos de exploração de gás no mar irão provocar a degradação do *habitat* de todas essas espécies. O ruído e as colisões com os navios, nomeadamente, com os imponentes petroleiros de GNL, forçarão espécies com a baleia-de-bossa e a baleia boreal a abandonar a zona. Já se comprovou que as sondas sísmicas e os canhões de ar comprimido utilizados nas perfurações *offshore* afectam os mamíferos marinhos, os peixes e outras formas de vida marinha, provocando desde o abandono da zona até ferimentos e mortes¹²⁸. Pior ainda, os riscos de fugas de GNL poderiam provocar incêndios ou explosões a temperaturas muito altas (de 1300 a 1600 °C) impossíveis de dominar. Esse calor intenso pode afectar consideravelmente a fauna e a flora, mesmo a uma distância considerável do incêndio em si¹²⁹.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES



A realidade da diplomacia Francesa em Moçambique está bem longe dos belos discursos sobre o desenvolvimento e da luta contra as mudanças climáticas em África proferidos pelo presidente Macron na cena internacional. A França está mais do que decidida a assegurar que este *eldorado* do gás beneficie em primeiro lugar as suas corporações transnacionais, independentemente do caos que isso possa gerar. Afundar o planeta inteiro ainda mais na crise climática, contribuir para a destabilização de uma região, ser cúmplice de práticas de corrupção e de violações dos direitos humanos: nada parece inquietar o governo nem as grandes parapetrolíferas Francesas e os seus banqueiros.

Para pôr fim ao conflito que grassa no norte de Moçambique, é preciso arrancar as suas motivações políticas e sociais pela raiz — não apoiar uma indústria que só contribuirá para exacerbar as tensões, promover uma estratégia de militarização contraproducente e muito menos permitir que grupos de mercenários empunhem armamento com licença Francesa.

Uma vez que o manancial do gás não beneficiará a maior parte da população Moçambicana, não é altura para sujeitar outro país Africano à dependência de uma ener-

gia fóssil a cuja exploração se opõe veementemente a ciência climática. Serão necessários financiamentos maciços para construir sociedades mais resilientes e sustentáveis, tanto a Norte como a Sul. Não é de modo algum oportuno canalizar dezenas de milhares de milhão de euros para projectos tão destrutivos. Todos os males que se desenvolvem no norte de Moçambique são sinais de alerta, e ainda vamos a tempo de travar os projectos de exploração de gás em vias de desenvolvimento.

Recomendações

Em dois anos, este é o segundo escândalo que revelamos em torno dos projectos de exploração de gás caucionados pelo Estado Francês no estrangeiro. Depois das instalações da Total no Líbano que acolhem uma prisão secreta^{130,131}, passaram a ser os projectos de exploração de gás Moçambicanos a semear o caos. Em Setembro deste ano, o governo deverá submeter um relatório ao Parlamento em virtude do projecto de lei das finanças de 2021 sobre as garantias à exportação nos sectores das energias fósseis. Após a inscrição das primeiras exclusões na lei das finanças de 2020¹³², **é chegada a altura do governo e dos deputados tomarem consciência da urgência climática e das violações dos direitos humanos associados aos projectos apoiados e porem fim às garantias à exportação de todas as energias fósseis a partir de 2021.**

Face aos impactos que os projectos de exploração de gás ao largo da costa de Moçambique exercem sobre o clima, os direitos humanos e a biodiversidade, é necessário pôr fim aos fluxos financeiros que os alimentam:

- o governo Francês e a sua agência de crédito à exportação (Bpifrance Assurance Export) devem rescindir a garantia à exportação outorgada ao Coral Sul FLNG ;
- o governo Francês deve comprometer-se a não prestar apoio financeiro aos outros dois projectos em vias de desenvolvimento (GNL de Moçambique e GNL de Rovuma), nem a qualquer outro futuro projecto ligado às reservas de gás Moçambicanas ;
- os bancos privados Franceses devem-se retirar imediatamente já hoje dos três projectos em vias de desenvolvimento e comprometer-se a pôr futuramente fim a todos os serviços financeiros prestados a projectos ligados à exploração e exportação das reservas de gás Moçambicanas.

Na qualidade de operador do GNL de Moçambique e para respeitar a lei do dever de vigilância, a Total deve-se retirar do projecto.

Para retirar Moçambique do círculo vicioso da dívida e julgar os responsáveis por estes empréstimos ilícitamente contraídos, exigimos ainda:

- que o Ministério das Finanças Francês se encarregar do processo do escândalo das dívidas ocultas e lançar uma investigação para apurar a responsabilidade do anterior governo Francês, do BNP Paribas e da Constructions Mécaniques de Normandie nesta questão, em resposta ao pedido de entreaajuda penal internacional lançado pela justiça Moçambicana;
- que o Club de Paris, o FMI e o Banco Mundial declarem essas dívidas ilegais e anulem o seu pagamento.

Para além dos financiamentos públicos, o relatório detalha todo um conjunto de meios que os poderes públicos puseram ao serviço da indústria das energias fósseis. Num momento em que o distanciamento social é regra, o governo deveria impor barreiras entre si e os *lobbys* da indústria dos combustíveis fósseis nas políticas públicas, tanto a nível nacional como internacional.

Assim sendo, é preciso:

- proibir a presença da indústria das energias fósseis e dos representantes dos seus interesses nas visitas diplomáticas do governo Francês ao estrangeiro, bem como nas visitas oficiais de países terceiros a França ;
- cortar as ligações entre as redes diplomáticas Francesas mobilizadas no mundo inteiro e a indústria dos combustíveis fósseis ;
- proibir os serviços dos Ministérios da Economia e das Finanças e dos Negócios Estrangeiros de organizarem missões de negócios para a indústria dos combustíveis fósseis, nomeadamente, por meio da Business France;
- pôr fim às portas giratórias entre a esfera pública e a indústria dos combustíveis fósseis.

FONTES

- 1 [Un site de Total utilisé comme prison au Yémen](#), *Le Monde*, setembro de 2019.
- 2 [Pourquoi la France fait pression pour le redémarrage du site gazier de Total](#), *Le Monde*, novembro de 2019
- 3 [Convenção Cidadã sobre o Clima, 4.ª Sessão: Troca com Emmanuel Macron](#) (entre 1:38 e 1:40)
- 4 [French foreign minister Le Drian visits Maputo with gas on the agenda](#), Club of Mozambique, Fevereiro de 2020
- 5 Agência Ecofin, [Les futurs grands eldorados africains du gaz \(3e partie\): le Mozambique se prépare à décoller](#)
- 6 Ministério da Economia e das Finanças da França, [Le gaz au Mozambique](#), Dezembro de 2017
- 7 [Total's Mozambique LNG to Sign \\$15 Billion Financing in June](#), *Bloomberg*, Maio de 2020
- 8 [Nouvelles révélations dans le procès de la dette cachée du Mozambique](#), *Les Échos*, Novembro de 2019
- 9 [Scandale des dettes cachées au Mozambique : ce que ne dit pas le rapport de la commission d'enquête](#), *Le Monde Afrique*, Dezembro de 2016.
- 10 Empresa de atum Moçambicana.
- 11 Três trimarês de patrulha marítima Ocean Eagle e três interceptadores HSI 32.
- 12 [De Cherbourg à Maputo, les millions disparus de la Compagnie mozambicaine de thon](#), *Le Monde Afrique*, Julho de 2015
- 13 [France-Mozambique ship deal raises questions](#), Associated Press, Setembro de 2013.
- 14 [Tuna and Gunships: How \\$850 Million in Bonds Went Bad in Mozambique](#), *Wall Street Journal*, Abril de 2016
- 15 Jubilee Debt campaign, [Campaigners in Mozambique call for non-payment of hidden debts](#), Abril de 2016
- 16 Independant audit related to loans contracted by ProIndicus S.A., EMATUM S.A.and Mozambique Asset Management S.A., Kroll, Junho de 2017.
- 17 [SEC investigates banks that sold Mozambique's 'tuna bond': WSJ](#), Reuters, Dezembro de 2016.
- 18 [France-Mozambique ship deal raises questions](#), Associated Press, Setembro de 2013.
- 19 [De Cherbourg à Maputo, les millions disparus de la Compagnie mozambicaine de thon](#), *Le Monde Afrique*, Julho de 2015.
- 20 Independant audit related to loans contracted by ProIndicus S.A., EMATUM S.A.and Mozambique Asset Management S.A., Kroll, Junho de 2017
- 21 [La crise financière au Mozambique, un pays modèle remis en cause](#), Ifri, Julho de 2017.
- 22 [France-Mozambique ship deal raises questions](#), Associated Press, Setembro de 2013.
- 23 [\\$500 million loaned to Mozambique is currently unaccounted for, according to a new report](#), *Business Insider*, Junho de 2017
- 24 [CMN achève six intercepteurs pour le Mozambique](#), Mer et Marine, Setembro de 2013.
- 25 Relatório ao Parlamento 2018 sobre as exportações de armamento da França, (p.70), Ministério das Forças Armadas francês, Junho de 2018.
- 26 [Un contrat naval français est au cœur d'un scandale financier](#), Mediapart, Julho de 2018.
- 27 [Un bateau à l'eau, trois nouvelles commandes](#), *Ouest France*, Janeiro de 2015.
- 28 [Paris est tout sucre avec le président Nyusi](#), *La Lettre de l'Océan Indien*, Março de 2015
- 29 [Priorité au business pour le président mozambicain en visite à Paris](#), *Le Monde*, Julho de 2015
- 30 Ibid
- 31 [The Oil and Gas Year. Mozambique concession areas and operators 2019](#), 2019
- 32 [Mozambique: Total entre dans le bassin de la Rovuma](#), Total, Setembro de 2012
- 33 M. Richard YUNG, [«Le Mozambique: une pépite à l'export»](#), *Rapport de groupe interparlementaire d'amitié*, n.º 126, 16 de Abril de 2015
- 34 [Paris active sa diplomatie économique](#), *La Lettre de l'Océan Indien*, Abril de 2014
- 35 [Filipe Nyusi surprend les investisseurs français](#), *La Lettre de l'Océan Indien*, Julho de 2015
- 36 [Le Mozambique, futur allié stratégique de la France dans l'océan Indien ?](#), *Le Monde Afrique*, Outubro de 2015
- 37 Agência Ecofin, [Les futurs grands eldorados africains du gaz \(3e partie\): le Mozambique se prépare à décoller](#), Dezembro de 2019
- 38 Ministério da Economia e das Finanças francês, [Le gaz au Mozambique](#), Dezembro de 2017
- 39 [Total finalise l'acquisition de la participation d'Anadarko dans Mozambique LNG](#), Total, Setembro de 2017
- 40 Ministère da Economia e das Finanças francês, [Mozambique : présence des entreprises françaises](#), Dezembro de 2019
- 41 [« French Gas Days »](#), Business France (consultado a 28 de Maio de 2020)
- 42 [TechnipFMC remporte un contrat intégré majeur pour le projet Coral South FLNG au large du Mozambique](#), TechnipFMC, Junho de 2017
- 43 [TechnipFMC remporte des contrats Subsea auprès d'Anadarko pour son projet de GNL au Mozambique](#), TechnipFMC, Junho de 2019
- 44 [Le Consortium TechnipFMC, JGC et Fluor remporte un contrat pour le projet Rovuma LNG au Mozambique](#), TechnipFMC, 9 de Outubro de 2019.
- 45 Ministério da Economia e das Finanças francês, [Les entreprises françaises au Mozambique](#), Dezembro de 2019
- 46 [Anadarko signs Mozambique LNG supply deal with EDF](#), *Anadarko signs Mozambique LNG supply deal with EDF*, Offshore Energy, Junho de 2018
- 47 [Bolloré inaugure un terminal pétrolier au Mozambique](#), Jeune Afrique, Março de 2013.
- 48 [Réponses de Crédit Agricole aux questions des Amis de la Terre France et de Reclaim Finance](#), Maio de 2020
- 49 [Gaz naturel au Mozambique : une "opération de l'année" de c.8Md\\$, Natixis.](#)
- 50 [Sénat](#)
- 51 [Liste des contrats garantis en 2017](#), Bpifrance Assurance Export, 2017
- 52 A Bpifrance Assurance Export retomou a gestão das garantias à exportação por conta do Estado, no lugar da Coface
- 53 De acordo com os dados financeiros da IJGlobal.
- 54 [A concerning escalation in Mozambique](#), ACLED, Abril de 2020
- 55 [Fresh violence in northern Mozambique forces thousands to flee](#), UNHCR, Fevereiro de 2020
- 56 [Militants Occupy Mozambican Town Near Planned LNG Projects](#), *Bloomberg*, Março de 2020
- 57 Eric Morier Genoud, [Au Mozambique, une insurrection mystérieuse et meurtrière](#), *The Conversation*, Fevereiro de 2019.
- 58 [Le Mozambique, entre gaz et djihad](#), *Le Monde Afrique*, Novembro de 2019.
- 59 [Dans le nord du Mozambique, le jihad au grand jour](#), *Libération*, Abril de 2020.
- 60 [The Many Drivers Enabling Violent Extremism in Northern Mozambique](#), Africa Center for Strategic Studies, Maio de 2020
- 61 [Mozambique: 1100 Deaths in Cabo Delgado Civil War](#), *All Africa*, maio de 2020.
- 62 [Oil majors request more Mozambique troops after Islamist attacks: sources](#), Reuters, Fevereiro de 2020
- 63 Os lucros do negócio da guerra em Cabo Delgado, *Canal de Moçambique*, Maio de 2020.
- 64 [Situation on the ground in Cabo Delgado](#). Justiça Ambiental, Maio de 2020.
- 65 [Filipe Nyusi quitte Erik Prince pour la Russie](#), *La Lettre de l'Océan Indien*, n.º 1506, outubro de 2019.
- 66 [Moscou veut être le bouclier des pétroliers au Cabo Delgado](#), *Africa*

Intelligence, março de 2020.

67 [Private military contractors appear to be active in Mozambique](#), Defence Web, abril de 2020

68 [Gazelle crash in Mozambique confirmed](#), Defence Web, abril de 2020.

69 [Erik Prince pallie les failles de l'armée](#), *Africa Intelligence*, setembro de 2019.

70 [Îles Éparses : reprise des discussions entre Madagascar et la France](#), *France Info*, novembro de 2019.

71 [Les Forces armées dans la zone sud de l'Océan Indien](#), Ministério das Forças Armadas francês.

72 [Paris veut prendre pied à Pemba](#), *La Lettre de l'Océan Indien*, junho de 2014.

73 [Mozambico, fregata Marina Militare francese saluta equipaggio Saipem 12000](#), *Il Messaggero*, fevereiro de 2020.

74 [Ouverture d'une mission de défense à Maputo](#), Embaixada de França em Maputo.

75 [Mozambique and France to cooperate in maritime security](#), Club of Mozambique, Fevereiro de 2020.

76 [Vers une surveillance française de Cabo Delgado ?](#), *Africa Intelligence*, Novembro de 2019.

77 [Mozambique: la filiale locale de l'EI ravage deux villes du nord](#), *RFI*, Março de 2020.

78 [International SOS et Amarante essaient de part et d'autre du canal du Mozambique](#), *Africa Intelligence*, Maio de 2020.

79 [Dr Alex Vines, Why The Insurgency in Northern Mozambique Has Got Worse](#), Chattam House, Abril de 2020.

80 [Erik Prince to Partner With Mozambique Hidden-Debt Companies](#), Bloomberg, Dezembro de 2017.

81 [Blackwater, saga d'une armée privée](#), *Le Monde*, fevereiro de 2018.

82 [L'industrie de la sécurité ne se passera pas d'Erik Prince](#), *La Lettre de l'Océan Indien*, n.º 1503, Agosto de 2019.

83 ["Bandidos Armados" atacam Quissanga quando ministros da Defesa e Interior estão na provincia](#), Moz24Horas, Março de 2020.

84 [Erik Prince, fondateur de la société Blackwater, louerait ses services en Libye](#), *RFI*, Janeiro de 2017.

85 [Erik Prince pallie les failles de l'armée](#), *La Lettre de l'Océan Indien*, n.º 1504, Agosto de 2019.

86 [Unmarked Gazelle helicopters spotted in Mozambique](#), Defence Web, Agosto de 2019.

87 [La DGA se lance sur la piste de ses anciennes Gazelle](#), *Intelligence Online*, Dezembro de 2019.

88 [Gazelle Helicopter for sale](#)

89 [Private military contractors appear to be active in Mozambique](#), Defence Web, Abril de 2020.

90 [Mercenary Helicopters in Mozambique](#)

91 [Twitter](#)

92 [Situation on the ground in Cabo Delgado](#). Justiça Ambiental, Maio de 2020.

93 Há dois anos que a JA! tem um colaborador permanente em Palma, que teve de se ser evacuado em Abril de 2020, por razões de segurança, mas que deverá regressar a casa assim que a sua segurança e a segurança da sua família sejam asseguradas. A JA! tem também 5 pontos de contacto nas comunidades afectadas, com as quais contacta regularmente. A associação já realizou várias missões entre 2007 e 2009, e novamente em 2017. e trabalhou com diversos membros das comunidades locais. mais de 100 queixas ligadas aos projectos de exploração de gás foram documentadas pela JA!. O comunicado que a JA! enviou à filial da Total em Moçambique, a 24 de Maio de 2020, para lhe fazer chegar as queixas da comunidade, permanece sem resposta.

94 Parcelas de terra cultivável.

95 [Assemblée générale, réponses aux questions écrites des actionnaires](#), BNP Paribas, Maio de 2020.

96 Excerto de um encontro entre a JA!, a Amis de la Terre France e Christophe Viprey, ex-diretor da Bpifrance Assurance Export, a 27 de Maio de 2019, em Paris.

97 [First attack in Anadarko zone](#), Club of Mozambique, Janeiro de 2019.

98 [Assemblée générale, réponses aux questions écrites des actionnaires](#), Crédit Agricole, Maio de 2020.

99 [ACLED, Cabo Ligado](#).

100 «Os lucros do negócio da guerra em Cabo Delgado», *Canal de*

Moçambique, Maio de 2020.

101 [Situation on the ground in Cabo Delgado](#), Justiça Ambiental, Maio de 2020.

102 [Mozambique: Journalist Feared 'Disappeared'](#), Human Rights Watch, Abril de 2020.

103 *Ibid.*

104 [Breaking: Mozambique to share gas revenue in 'tuna bond' restructuring](#), Reuters, Novembro de 2018.

105 [Projected government revenues from gas projects](#), República de Moçambique, Junho de 2018.

106 [Exclusive: Coronavirus, gas slump put brakes on Exxon's giant Mozambique LNG plan](#), Reuters, Março de 2020.

107 [Projected government revenues from gas projects](#), República de Moçambique, Junho de 2018.

108 [US gas exporters fight to survive supply glut](#), *The Financial Times*, Janeiro de 2020.

109 [Local content : l'INP menace ExxonMobil, ENI et Total](#), *Africa Intelligence*, Fevereiro de 2020.

110 [Perspectives and Experiences of Mozambican Communities and Civil Society on Liquefied Natural Gas Exploitation](#), Amigos da Terra Estados Unidos, Junho de 2016.

111 [Transfer prices in the extractive sector as a Scheme for the Illicit Outflow of Capital. Risks for the Coral South FLNG project in the Area 4 in the Rovuma Basin](#), led by Eni, Centro de Integridade Pública, Setembro de 2019.

112 [Convenção Cidadã sobre o Clima, Sessão n.º 4: Troca com Emmanuel Macron](#). (entre 1:38 e 1:40)

113 Baseados em 30 anos de produção de GNL, três projectos em vias de desenvolvimento (Coral Sul FLNG, GNL de Moçambique e GNL de Rovuma) e sobre a intensidade de carbono do GNL (quantidade + combustão) de acordo com a base de carbono da ADEME. Os dois comboios potenciais de liquefacção suplementar previstos pela Total não foram tidos em conta, nem outros projectos que poderiam ser realizados noutras áreas. As emissões da França são as feitas em território nacional em 2018 e as de Moçambique, em 2013, pois não estavam disponíveis outros dados fiáveis.

114 [Sky's Limit.](#), Oil Change International, 2016.

115 [Special Report : Global warming of 1.5°C](#), GIEC, 2018.

116 [The production gap](#), PNUE, Novembro de 2019.

117 [Fifth Assessment Report](#), GIEC, 2013.

118 Alvarez et al. Greater focus needed on methane leakage from natural gas infrastructure, PNAS, 109 (17) 6435-6440, Abril de 2012.

119 K. Anderson et J. Broderick. [Natural Gas and Climate Change](#), 2017.

120 [ND-GAIN Country Index](#), Notre-Dame Global Adaptation Initiative.

121 Jon Gaventa, Natural gas wealth and climate disaster in northern Mozambique: a travelogue, Junho de 2019.

122 [Cyclones Idai et Kenneth au Mozambique](#), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Junho de 2019.

123 Jon Gaventa, Natural gas wealth and climate disaster in northern Mozambique: a travelogue, Junho de 2019.

124 [Mozambique joins World Network of Biosphere Reserves](#), UNESCO, Julho de 2018

125 M. Samoilyt et al., Resilience of Coastal Systems and Their Human Partners in the Western Indian Ocean, 2015.

126 [Balaenoptera borealis ; Thalassarche carteri ; Caretta caretta ; Chelonia mydas ; Dermochelys coriacea ; Eretmochelys imbricata](#), IUCN.

127 [Chapter 7: Environmental Baseline](#), ERM, 2014

128 *Ibid.*

129 *Ibid.*

130 [Un site de Total utilisé comme prison au Yémen](#), *Le Monde*, Novembro de 2019.

131 [Pourquoi la France fait pression pour le redémarrage du site gazier de Total](#), *Le Monde*, Novembro de 2019.

132 [Le gouvernement veut continuer à assurer le chaos climatique](#), Les Amis de la Terre, Novembro de 2019.

DO ELDORADO DO GAS AO CAOS

Relatório publicado em Junho de 2020 por Amigos da Terra França, Amigos da Terra Internacional e Justiça Ambiental (JA! / Amigos da Terra Moçambique)

REDAÇÃO Cécile Marchand (Les Amis de la Terre France)

CONTRIBUTOS E RELEITURA Catherine Mollière, Lorette Philippot, Juliette Renaud, Marion Cubizolles (Amigos da Terra França), Dipti Bhatnagar, Sara Shaw, Madeleine Race (Amigos da Terra Internacional), Anabela Lemos, Ilham Rawoot, Daniel Ribeiro (JA! / Amigos da Terra Moçambique), Tony Fortin (l'Observatoire des Armements)

MAQUETE Zelda Mauger **PHOTOS** Daniel Ribeiro, JA!; Ike Teuling, Milieudéfense; Christophe Sales.



A Amigos da Terra Internacional é a maior rede ecologista mundial. Presente em 73 países, reúne mais de dois milhões de membros e simpatizantes no mundo inteiro. A rede luta por um mundo pacífico e sustentável, assente em sociedades a viver em harmonia com a natureza. Imaginamos uma sociedade de pessoas interdependentes, a viver condignamente, com integridade e desenvolvimento, em que reine a igualdade e os direitos humanos e dos povos. Este modelo de sociedade fundado na soberania alimentar e na participação dos povos, na justiça socioeconómica, de género e ambiental, será livre de toda e qualquer forma de dominação e exploração, como o neoliberalismo, o neocolonialismo e o militarismo.

foei.org



A Amigos da Terra França é uma associação de protecção do ser humano e do ambiente sem fins lucrativos, independente de poderes políticos ou religiosos. Criada em 1970, contribuiu para a fundação do movimento ecologista francês e para a formação da primeira rede ecologista mundial, a Amigos da Terra Internacional. Em França, a Amigos da Terra forma uma rede de grupos locais e afiliados autónomos que agem com base num compromisso comum a favor da justiça social e ambiental.

amisdelaterre.org



Justiça Ambiental (JA!) / Amigos da Terra Moçambique é uma organização sem fins lucrativos líder em Moçambique que trabalha para reduzir os impactos ambientais e sociais do modelo insustentável de desenvolvimento do país, e tentar criar novos sistemas sustentáveis. O nosso objectivo é a consciencialização e a solidariedade com comunidades de base vulneráveis, e apoiar comunidades locais e sociedade civil fornecendo assessoria estratégica e técnica, pesquisa, informação, capacitação, e construção de movimento. Procuramos elevar as vozes das comunidades, facilitando intercâmbios entre comunidades que enfrentam situações ambientais semelhantes, apoiando campanhas comunitárias, incluindo a compreensão em torno dos seus direitos constitucionais e sobre a terra, proporcionando acesso ao governo, tomadores de decisão e aos meios de comunicação, e internacionalizando lutas comunitárias locais. Estamos comprometidos para alcançar um ambiente melhor, mais seguro e mais saudável para Moçambique, para o mundo, e para as gerações actuais e futuras.

ja4change.org

